JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal — Ano XII — Nº 2.467/100 — Brasília, 2 a 8 de outubro de 2006 — EDIÇÃO SEMANAL

A voz do povo: segundo turno e Senado mais oposicionista

GERALDO MAGELA

Eleições mobilizam brasileiros: 126 milhões de votantes se preparam para eleger, no segundo turno, o presidente que vai governar o país nos próximos quatro anos

- Lula e Alckmin disputarão a **Presidência** em segundo turno no dia **29 de outubro**
- Novo presidente enfrentará **desafio** de promover crescimento, gerar **empregos** e aprimorar leis tributárias e previdenciárias
- Congresso de cara nova: eleitores escolhem um terço dos **81 senadores** e **513 deputados** federais
- Conheça as **biografias**, a declaração de bens, os suplentes e idéias políticas dos **27** novos integrantes do Senado
- 16 estados elegem **governadores** na primeira votação; 11 terão segundo turno
- Senadores têm pela frente 17 MPs e 13 projetos de lei na **pauta de votações**

PÁGINAS 3 A 19

e mais...

AGENDA — Página 2

PERGUNTE AO SENADOR — Página 21

FRASES — Página 21

VOZ DO LEITOR — Página 21

ACONTECEU NO SENADO — Página 23

Impresso Especial
5362005/DR/BSB
SENADO FEDERAL
CORREIOS

DEVOLUÇÃO GARANTIDA
CORREIOS

cidadania

Representantes políticos sob a vigilância dos eleitores

Para fiscalizar o trabalho daqueles que irão fazer as leis é preciso conhecer o funcionamento das casas legislativas. Confira nesta edição do *Especial Cidadania* informações sobre o processo legislativo e como acompanhá-lo no Senado Federal.

PÁGINA 24

endagendagendagendagendagendagendagendagendagendagendagendaendagendae

Instalação do Parlamento do Mercosul está cada vez mais próxima

Agora depende apenas do Uruguai a instalação do Parlamento do Mercosul. A Câmara dos Deputados da Argentina aprovou, na última sexta-feira, o protocolo de criação do novo órgão, que já havia passado pelo Senado argentino. Como os congressos nacionais do Brasil e do Paraguai igualmente ratificaram o protocolo, resta apenas a decisão do Poder Legislativo do Uruguai, em cuja capital, Montevidéu, ficará a sede do futuro Parlamento.

O protocolo do Mercosul foi aprovado pelos deputados argentinos por 148 votos a favor, nenhum contrário e 1 única abstenção. Na mesma data, foi acatada a proposta de criação do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem), por 146 votos favoráveis, nenhum contrário e 8 abstenções.

A rápida aprovação das duas propostas pelo Congresso Nacional brasileiro e, agora, também pelo Congresso argentino poderá permitir que a sessão inaugural do Parlamento do Mercosul coincida com o final da 16ª Cúpula Iberoamericana, que reunirá chefes de Estado e de governo da América Latina e de Portugal e Espanha em Montevidéu, de 3 a 5 de novembro.

– O gesto brasileiro e a decisão argentina apontam para a instalação do Parlamento do Mercosul neste semestre – disse o senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul.

FOTOS: CÉLIO AZEVEDO

Presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, Zambiasi acredita que novo órgão será realidade neste semestre

Comissão analisa projeto que altera lei sobre política agrícola

Nesta quarta-feira, a partir das 11h30, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) deve analisar, em decisão terminativa, projeto que altera a Lei 8.171/03, que dispõe sobre a política agrícola, a fim de incluir os arrendatários de terras, os consórcios e os condomínios de produtores agrários entre os beneficiários do crédito rural. A proposta, de autoria do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE), conta com parecer favorável do relator da matéria, senador Flávio Arns (PT-SC).

Se aprovado, o projeto (PLS 265/03) também irá beneficiar os produtores de mudas e sementes, os indígenas e os ocupantes de quilombos (comunidades localizadas em áreas anteriormente habitadas por escravos), além daquelas pessoas e empresas que se dedicam à produção de embriões e sêmen para inseminação artificial no setor pecuário, à pesca artesanal e a atividades extrativistas não-predatórias.

Na justificação da proposta, Tasso Jereissati alega que o projeto pretende ampliar a oferta do crédito rural e reduzir a insegurança inerente aos arrendamentos e às parcerias rurais. O senador explica que os quilombolas e os indígenas já são reconhecidos como beneficiários do crédito rural, de acordo com resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) que regulamentam a matéria. "Entretanto, é importante que o legislador confira *status* de lei a essas resoluções, fazendo constar da Lei Agrícola o reconhecimento desses cidadãos brasileiros como beneficiários do crédito rural", ressalta Jereissati.

O senador destaca ainda que os condomínios e consórcios agrários são formados por agrupamentos de pessoas físicas ou jurídicas, constituídos por sociedades por cotas, com o objetivo de exercer atividade agropecuária, extrativista vegetal, artesanal e agroindustrial.

Tasso Jereissati propõe que indígenas e quilombolas sejam beneficiários do crédito rural

Parecer do relator Flávio Arns, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, é favorável

Simon propõe adubos minerais obrigatórios para agricultura

Na mesma reunião da CRA, será analisado projeto de lei de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que dispõe sobre a mineralização do solo e a segurança alimentar e nutricional.

A proposta (PLS 203/06), que será analisada em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), conta com parecer favorável do relator, senador Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS). Ao justificar a iniciativa, Pedro Simon cita pesquisa realizada pela Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) e pela Coordenação Geral de Política de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde, acerca da desnutrição por micronutrientes no Brasil, que indicou sérias deficiências, especialmente de vitamina A, ferro e iodo.

O projeto determina que os solos utilizados na produção de alimentos de origem vegetal ou animal deverão receber, na fase da adubação, os elementos químicos que garantam a presença de micronutrientes essenciais – a exemplo do ferro, zinco, cobre, iodo, manganês e selênio –, nas quantidades recomendadas pelos órgãos nacionais responsáveis pela qualidade dos alimentos.

Leitores devem renovar assinaturas

O **Jornal do Senado** iniciou há duas semanas a segunda etapa da renovação de assinaturas dos cerca de 60 mil leitores cadastrados em todo o país, com exceção do Distrito Federal e Entorno.

Os assinantes irão receber um formulário, em forma de carta-resposta, que deverá ser preenchido e postado, sem custo, em qualquer unidade dos Correios.

Dia 15 de outubro é o prazo final para o assinante devolver esse formulário.

A partir do dia seguinte, só receberá o jornal quem tiver renovado a assinatura.

Além do impresso, no *site* do Senado *(www.senado.gov.br)* estará disponível um formulário eletrônico. Novas assinaturas do periódico só poderão ser feitas a partir do dia 1º de dezembro.

As assinaturas da edição eletrônica não estão suspensas e podem ser feitas a qualquer tempo pela internet. Esses leitores não precisam se preocupar com a continuidade do recebimento por *e-mail*.

Além de excluir endereços de leitores que se mudaram ou morreram ou que não têm mais interesse em receber o **Jornal do Senado**, a renovação de assinatura pretende também levantar o perfil socioeconômico do leitor, com dados sobre faixa etária, escolaridade, profissão e, no caso de pessoas jurídicas, área e ramo de atuação, de forma a garantir cada vez mais a informação voltada aos seus interesses.

ERRATA

A edição 2.458/98 tem duas incorreções: ao contrário do publicado, a interrupção da gravidez pode ser a solução para a sobrevivência da mãe no caso de evolução da pré-eclâmpsia para a eclâmpsia. Já o valor correto do livro *O meio circulante no Brasil (Parte III)* é R$ 50.

Comissões

TERÇA-FEIRA

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Restituição – A comissão discute, em turno suplementar, o substitutivo ao projeto que estabelece prazo para o pagamento da restituição do Imposto de Renda Pessoa Física até o último dia útil do ano da declaração.

11h – EDUCAÇÃO

Educação – Em análise o projeto de lei que propõe alterar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), a fim de permitir o aproveitamento de disciplinas cursadas em estabelecimentos de nível superior.

11h30 – MEIO AMBIENTE

Tributos – Onze projetos de lei em pauta, entre eles a proposição destinada a esclarecer o consumidor a respeito dos impostos pagos na compra de mercadorias e utilização de serviços.

QUARTA-FEIRA

10h – CONSELHO DE ÉTICA

Processo – O senador Jefferson Péres (PDT-AM), relator do processo disciplinar por quebra de decoro parlamentar contra o senador Ney Suassuna (PMDB-PB), apresenta seu relatório.

10h – SALÁRIO MÍNIMO

Salário mínimo – A Comissão Mista Especial do Salário Mínimo reúne-se para votar o relatório final sobre a proposta do colegiado para uma política permanente de reajuste anual do salário mínimo.

11h30 – AGRICULTURA

Dívida agrícola – A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária analisa, entre outros, o projeto que anistia os pequenos produtores, atingidos por secas e excesso de chuva, que contrataram empréstimos de até R$ 35 mil.

15h30 – ORÇAMENTO

Orçamento – A revisão do Plano Plurianual (PPA) 2004/2007 será abordada na Comissão Mista de Orçamento (CMO).

QUINTA-FEIRA

10h – CONSELHO DE ÉTICA

Processo – Para fornecer informações ao processo contra o senador Magno Malta (PL-ES), serão ouvidos três ex-proprietários do Fiat Ducato.

14h30 – CONSELHO DE ÉTICA

Defesa – A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) apresenta sua defesa..

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h - Sessão não-deliberativa.

TERÇA, QUARTA E QUINTA-FEIRA

14h - A sessão é deliberativa. O primeiro item da ordem do dia é o projeto de lei que dispõe sobre o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

SEXTA-FEIRA

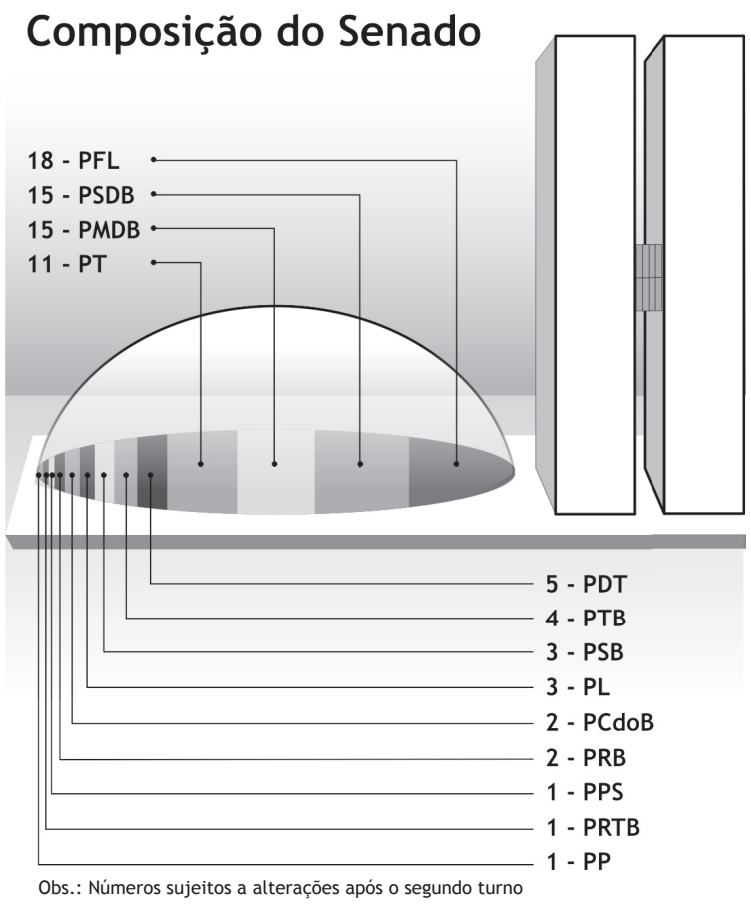
9h - Sessão não-deliberativa.

ELEIÇÕES PFL e PSDB passam a ocupar, juntos, 33 cadeiras; bancada do PMDB encolhe para 15 senadores

MOREIRA MARIZ

Oposição a Lula sai fortalecida no Senado

Pela tradição, número de senadores define o partido que ficará à frente da direção da Casa. No momento, oposição ganha maior representação com os eleitos



Obs.: Números sujeitos a alterações após o segundo turno

A atual oposição se fortalece no Senado com a renovação de um terço das cadeiras. Se considerado o partido para o qual foram eleitos, o PFL será o maior partido da Casa e terá no início da próxima legislatura 18 senadores com seis recém-eleitos (atualmente, tem 16 senadores). O PMDB – que até então tinha a maior bancada com 20 senadores – perderá cinco representantes.

Esses números ainda podem mudar ao final do segundo turno, tendo em vista que oito senadores podem ser eleitos governadores de seus estados no dia 29 de outubro. Nesse caso, os suplentes que assumirão nem sempre são do mesmo partido.

Segundo maior partido da oposição na Casa, o PSDB vai passar de 16 para 15 senadores.

Ainda na oposição somam-se os senadores do PDT, que obtiveram mais um representante, passando em 2007 a cinco parlamentares.

Com isso, a soma dos parlamentares do PSDB, PFL, PDT e a parte da bancada do PMDB que faz oposição ao presidente Lula será majoritária.

Entre os governistas, o PT, hoje com 12 senadores, terá uma baixa, com a saída, no próximo ano, do senador Roberto Saturnino (RJ). Os senadores Tião Viana (AC) e Eduardo Suplicy (SP) conseguiram se reeleger. Ainda entre a bancada de apoio a Lula estão o PTB, com quatro senadores; PL, com três; PSB com três; PCdoB com dois; e PRB com dois.

Com a saída da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL), que disputou a Presidência, o partido perde representação no Senado, mas surgem o PPS, PP e o PRTB, todos com uma vaga.

– Com a diminuição da bancada da situação, haverá para o presidente Lula (caso seja reeleito) maior dificuldade para governar com relação ao Senado e o mesmo pode acontecer na Câmara – avalia a cientista política Maria do Socorro Sousa Braga, professora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

> *"Tudo vai depender dos arranjos fechados", diz Fleischer*

Mas, para o cientista político David Fleischer, professor da Universidade de Brasília (UnB), ainda é cedo para dar ganho à atual oposição.

– Se o PFL tiver a maior bancada, pela tradição teria a Presidência do Senado, que hoje está com o senador Renan Calheiros, aliado do governo. Mas há também indícios de que o PFL deverá se separar do PSDB após as eleições e até mesmo de que o presidente esteja em negociações com Aécio Neves, governador de Minas Gerais, pelo PSDB – diz o cientista político.

Se isso acontecer, reduz-se em parte a oposição no Senado, "que nos últimos anos deixou o presidente em várias saias justas".

– Tudo vai depender dos arranjos que forem fechados. Há que se considerar ainda a troca de legenda dos eleitos assim que assumem seus cargos – completa Fleischer.

Apesar da grande votação de Lula, o resultado dos eleitos para a Casa demonstra que a votação para senadores não está atrelada à de presidente, dizem os cientistas políticos.

– Normalmente, o presidente deveria puxar votos, mas sendo a eleição no Senado majoritária, os eleitores acabam por votar mais no político, no seu histórico, seu tempo no partido – aponta Maria do Socorro. Fleischer lembra que o Senado é muito mais uma disputa regional relacionada à briga dos partidos nos estados.

Suplentes assumem e podem mudar composição partidária

Não apenas o resultado da eleição para o Senado altera a composição da Casa. Conforme forem sendo definidos os ganhadores para os governos estaduais no segundo turno, suplentes podem assumir definitivamente o mandato dos titulares que porventura forem eleitos para o Executivo estadual.

Já no primeiro turno, o senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) foi eleito governador de Alagoas e vai deixar sua vaga para o suplente, João Tenório, também do PSDB. No Distrito Federal, o senador Paulo Octávio (PFL-DF) vai passar a cadeira para o primeiro suplente, Adelmir Santana, pefelista como ele.

Porém, em alguns casos, os suplentes são de partidos diferentes. Esse é o caso do substituto do senador Leonel Pavan (PSDB-SC): o deputado Neuto de Conto é do PMDB e pode assumir caso Pavan seja eleito vice-governador.

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), candidato a governador, caso seja eleito no segundo turno, cede sua cadeira no Senado para João Faustino, do PSDB. Esse é o caso ainda das senadoras Ana Júlia (PT-PA), cujo suplente, José Mery, é do PSOL, e Roseana Sarney (PFL-MA), que tem Mauro Fecury, do PMDB, na suplência. Por fim, o senador Osmar Dias (PDT-PR), se eleito governador, passa a vaga para Gomes Carvalho, que é do PTB.

Afastado para a campanha pelo governo da Paraíba, o senador José Maranhão (PMDB) tem sua vaga ocupada temporariamente pelo suplente, Roberto Cavalcanti, do PRB.

Outro senador candidato a governador, mas que está no mesmo partido que o suplente, é Sérgio Cabral (PMDB-RJ), cujo substituto é Régis Fichtner.

PMDB ocupa Presidência da Casa há cinco anos

Nos últimos cinco anos, a Presidência do Senado esteve nas mãos do PMDB, partido que nesta eleição teve a maior redução na bancada. No momento com 20 senadores, no início da 53ª Legislatura – em fevereiro de 2007 – os peemedebistas serão 15.

> *PMDB esteve na direção da Casa por 12 anos seguidos, além dos últimos cinco*

O presidente da Casa, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), que foi eleito para o biênio 2005/2006, poderá concorrer à reeleição, já que será iniciada uma nova legislatura.

Em 2003/2004, a Mesa do Senado teve como titular o senador José Sarney (PMDB-AP). Com as renúncias ao cargo dos senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e Jader Barbalho (PMDB-PA), em 2001, a Presidência, ocupada brevemente pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), foi logo assumida pelo peemedebista Ramez Tebet (MS), eleito para permanecer no cargo até 2002.

A Presidência já havia passado pelo PMDB em quase 12 anos seguidos, pelas mãos de José Fragelli (MS), Humberto Lucena (PB), Nelson Carneiro (RJ), Mauro Benevides (CE) e na primeira experiência de Sarney no comando da Mesa do Senado, entre 1995/1997.

Para a cientista política Maria do Socorro Sousa Braga, professora da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), a diminuição da bancada do PMDB está em parte atrelada à saída de alguns parlamentares para disputar outros cargos, como de governador de estado (cinco deles foram ao segundo turno), e também a um possível desgaste do partido.

– O PMDB é um partido rachado, não coeso, já que um grupo apóia o governo e outro não. Alguns se beneficiaram da aproximação com a situação e outros fazendo oposição – afirma.

BIOGRAFIA DOS SENADORES ELEITOS

Senado renova um terço das cadeiras

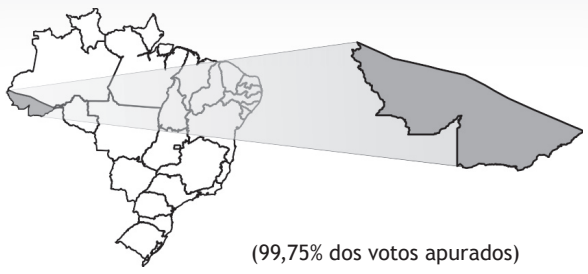
Os eleitores dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal que foram às urnas no domingo renovaram um terço das 81 cadeiras do Senado. Foram 27 parlamentares eleitos – os 54 restantes têm mandato até 2011. Os novos senadores tomarão posse em 1º de fevereiro de 2007 para cumprir um mandato de oito anos.

Foram reeleitos os senadores Tião Viana (PT-AC), José Sarney (PMDB-AP), Alvaro Dias (PSDB-PR), Pedro Simon (PMDB-RS), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Maria do Carmo Alves (PFL-SE) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Os novos integrantes do Senado são o ex-presidente Fernando Collor (PRTB-AL), Alfredo Nascimento (PL-AM), João Durval (PDT-BA), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Joaquim Roriz (PMDB-DF), Renato Casagrande (PSB-ES), Marconi Perillo (PSDB-GO), Epitácio Cafeteira (PTB-MA), Jayme Campos (PFL-MT), Marisa Serrano (PSDB-MS), Eliseu Resende (PFL-MG), Mário Couto (PSDB-PA), Cícero Lucena (PSDB-PB), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), João Vicente Claudino (PTB-PI), Francisco Dornelles (PP-RJ), Rosalba Ciarlini, (PFL-RN), Expedito Júnior (PPS-RO), Raimundo Colombo (PFL-SC) e Kátia Abreu (PFL-TO).

Tião Viana (PT)

AC 186.941 votos
63,95% dos votos válidos



(99,75% dos votos apurados)

JANE ARAÚJO

Tião Viana nasceu em Rio Branco em 9 de fevereiro de 1961. Antes de entrar na política, Sebastião Afonso Viana Macedo Neves formou-se em Medicina pela Universidade Federal do Pará e, já como senador, em 2003, concluiu o doutorado em Medicina Tropical pela Universidade de Brasília (UnB). É casado e tem três filhos.

A entrada de Tião Viana na política está diretamente ligada à ascensão do grupo político de seu irmão, Jorge Viana (PT), eleito na ocasião para a prefeitura de Rio Branco, capital do estado. Desde então, o grupo coleciona vitórias eleitorais, elegendo inclusive os três senadores pelo estado em 1994, 1998 – quando Tião Viana obteve seu primeiro mandato – e 2002.

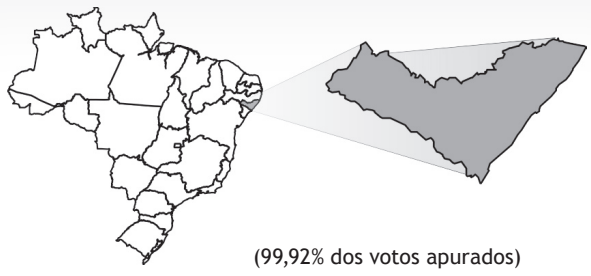
Diferentemente de grande parte dos seus colegas, Tião Viana não ocupou nenhum outro cargo eletivo, ou mesmo no Executivo, antes de se tornar senador. Na Casa, liderou a bancada do PT e, mais recentemente, foi porta-voz do governo em comissões como a CPI dos Bingos. Atualmente, ocupa a Vice-Presidência do Senado. Em sua atuação parlamentar, também empresta seu conhecimento profissional para relatar assuntos ligados à saúde, como o projeto de lei que define o Ato Médico (PLS 25/02).

A coligação que o elegeu envolve ainda o PCdoB, PMN, PP, PL, PSB e PRTB, e também venceu agora a disputa para o governo do estado com Binho Marques (PT).

O primeiro suplente é Aníbal Diniz, do PT, e o segundo, Carlos Augusto Coelho de Farias, do PMN. Entre os bens declarados à Justiça Federal, Tião Viana listou a conta corrente que possui na agência do Banco do Brasil do Senado e três cadernetas de poupança em nome dos filhos. O total é R$ 24 mil.

Fernando Collor (PRTB)

AL 550.192 votos
44,03% dos votos válidos



(99,92% dos votos apurados)

Carioca, nascido a 12 de agosto de 1949, Fernando Collor de Mello construiu sua carreira política em Alagoas, estado onde possui raízes familiares. Seu pai, Arnon de Mello, foi senador e governador do estado e seu avô materno, Lindolfo Collor, foi ministro de Getúlio Vargas. É economista e jornalista, formação com a qual comandou as Organizações Arnon de Mello, grupo de mídia que controla a afiliada da Rede Globo em Maceió.

Sua carreira política começou como prefeito nomeado de Maceió (1980-1982) pelo antigo PDS. Deputado federal em 1982, já pelo PMDB, foi eleito governador de Alagoas em 1986. Fenômeno de mídia como o "caçador de marajás", Collor lançou-se à Presidência da República em 1989, nas primeiras eleições diretas depois de 25 anos pelo até então desconhecido – e hoje extinto – Partido da Reconstrução Nacional (PRN). Foi eleito como o mais jovem presidente do país.

Seu governo, controverso, durou dois anos e meio. No primeiro dia depois da posse, Collor anunciou um plano econômico que incluiu o confisco de contas correntes, poupança e aplicações financeiras. Iniciou uma reforma do Estado e a abertura da economia nacional.

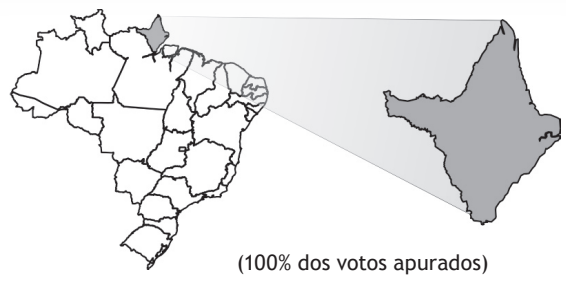
Uma CPI no Congresso o levou a um processo de *impeachment* e à sua renúncia, em 29 de setembro de 1992, quando o vice Itamar Franco assumiu o poder. Depois disso, o Supremo Tribunal Federal (STF) cassou seus direitos políticos por oito anos. Ocupará a vaga deixada por Heloísa Helena.

O patrimônio declarado à Justiça Eleitoral é de R$ 1,6 milhão, entre participações societárias em empresas, aplicações financeiras, imóveis e carros. Seus suplentes são Euclydes Affonso de Mello Neto e Ada Mercedes de Melo Marques Luz, ambos do PRTB.

JORGE ARAÚJO/FOLHA IMAGEM

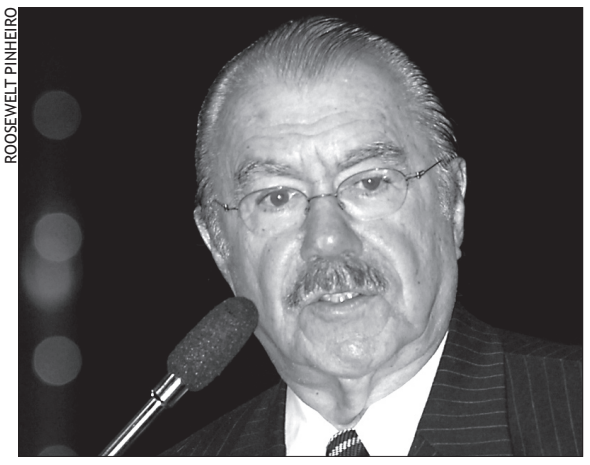
José Sarney (PMDB)

AP 152.486 votos
53,87% dos votos válidos



(100% dos votos apurados)

ROOSEWELT PINHEIRO



José Sarney de Araújo Costa nasceu em Pinheiro, no Maranhão, em 24 de abril de 1930. Casado, pai de três filhos, advogado, jornalista e escritor, é membro da Academia Maranhense de Letras e da Academia Brasileira de Letras. Formou-se em Direito em 1954. Estreou na política como suplente de deputado federal pela União Democrática Nacional (UDN), mas voltou ao Congresso como deputado eleito, exercendo mandatos até 1966, quando assumiu o governo do Maranhão.

Sarney governou o Maranhão de 1966 a 1971 e em seguida exerceu por dois mandatos o cargo de senador (1971-1985). Durante o período militar, apoiou a Arena. Com o fim do bipartidarismo, participou do Partido Democrático Social (PDS), do qual foi líder. Divergindo da escolha de Paulo Maluf para disputar a eleição indireta à Presidência da República, deixou o partido em 1984 e ingressou no PMDB, sendo então indicado como vice-presidente na chapa de Tancredo Neves. Vitorioso no Colégio Eleitoral, Tancredo sucumbiu a uma infecção generalizada e não chegou a tomar posse. Sarney assumiu a Presidência em 15 de abril de 1985.

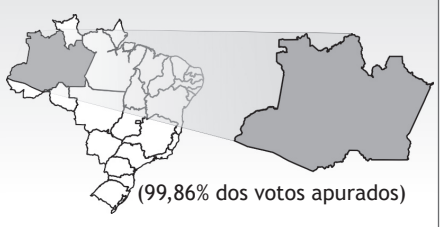
Desde 1991, exerce mandatos de senador pelo estado do Amapá, tendo presidido a Casa de 1995 a 1996, durante o governo Fernando Henrique, e de 2003 a 2004, no governo Lula.

A coligação que o reelegeu é formada pelo PMDB, PDT, PP, PSC, Prona e PV. Declarou ao TSE bens no valor de R$ 4,63 milhões, que incluem aplicações financeiras, uma casa em Macapá, R$ 297 mil em dinheiro, além de casas e terrenos em São Luís e cotas do Shopping Jaracaty. Tem como suplentes Jorge Nova da Costa e Salomão Alcolumbre, ambos do PMDB.

BIOGRAFIA DOS SENADORES ELEITOS

Alfredo Nascimento (PL)

AM 628.398 votos
47,45% dos votos válidos

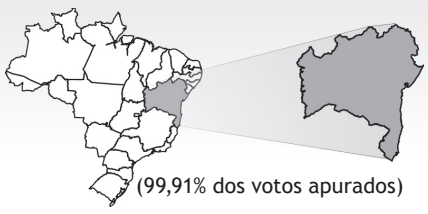

(99,86% dos votos apurados)

JANE DE ARAÚJO

Potiguar, nascido em 5 de maio de 1952, Alfredo Nascimento migrou para Manaus há 30 anos. Casado, formado em Letras e Matemática, é pós-graduado em Administração pela Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro.
Foi secretário de Administração e secretário da Fazenda dos governos estadual e municipal, e ainda vice-governador do Amazonas. Nascimento foi ainda superintendente da Zona Franca de Manaus e presidente do conselho de administração do Banco do Estado do Amazonas (BEA). Prefeito de Manaus por duas vezes, deixou o cargo em 2004 para assumir o Ministério dos Transportes, até se desincompatibilizar para concorrer às eleições deste ano.
Chega ao Senado para integrar a base do governo – além de ter sido ministro, se apresenta como defensor da candidatura de Lula desde o pleito de 2002. "Fui um dos primeiros, mesmo não sendo do PT e bem antes do meu partido, a declarar apoio à sua candidatura", disse na sua posse no ministério.
É defensor da Zona Franca de Manaus, ou Pólo Industrial da Amazônia. Ele anuncia que também vai dedicar o mandato à obtenção de recursos para a recuperação da BR-319, que liga Manaus a Rondônia e, daí, ao Sul do país. Estão ainda em sua agenda a ampliação da estrutura portuária do estado e apoio a iniciativas sociais implantadas em sua gestão como prefeito da capital.
Junto com Nascimento, da coligação composta pelo PL, PT, PSB, PCdoB e Prona, foram eleitos suplentes João Pedro Gonçalves da Costa (PT) e Aluísio Augusto de Queiroz Braga (PL). No Senado, ocupará a vaga de Gilberto Mestrinho (PMDB), a quem superou nestas eleições.
A sua declaração de bens entregue à Justiça Eleitoral totaliza quase R$ 600 mil, entre terras, imóveis, um automóvel, uma lancha e depósitos em conta corrente.

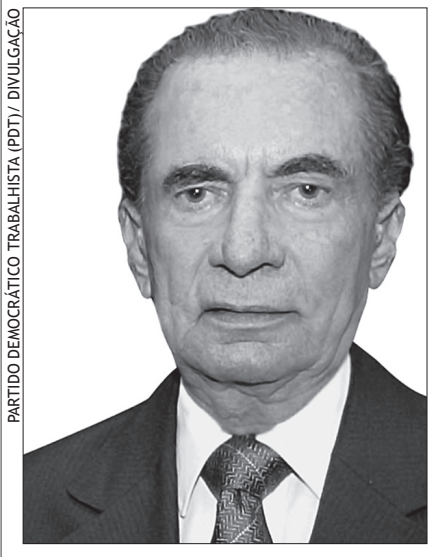
João Durval (PDT)

BA 2.654.040 votos
46,98% dos votos válidos


(99,91% dos votos apurados)

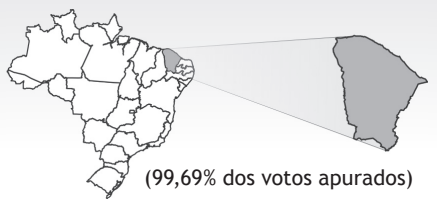
Natural de Feira de Santana (BA), João Durval Carneiro é formado em Odontologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Casado, completará 78 anos em 8 de março. Iniciou na política aos 25 anos, quando se elegeu, em 1954, vereador em sua cidade natal, sendo reeleito no pleito seguinte. Em 1962, concorreu à prefeitura do município, sendo derrotado. Quatro anos depois, voltou a se candidatar e terminou vitorioso. Depois do mandato como prefeito, assumiu a direção do Centro de Desenvolvimento Industrial (Cedin). Elegeu-se consecutivamente deputado federal em 1975 e 1979. Em 1982, João Durval foi escolhido pelo PDS para disputar o governo do estado, em razão da morte do candidato Clériston Andrade, durante a campanha, num acidente de helicóptero. Saiu vitorioso, com o apoio de Antonio Carlos Magalhães (PFL), de cujo grupo político não faz mais parte.
Ele tentou se candidatar, sem sucesso, a um novo mandato, pelo PDT, em 2002. Em 2004, seu filho João Henrique elegeu-se prefeito de Salvador. Tem, ainda, outro filho engajado na política, Sérgio Carneiro, do PT.
João Durval foi eleito pela coligação A Bahia no Coração, que é formada ainda pelo PSC e PRTB. Tem como suplentes Eliel Lima Santana (PSC) e José Francisco Pinto (PDT). Vai ocupar a vaga aberta com o fim do mandato de Rodolpho Tourinho (PFL), que assumiu depois que o titular, Paulo Souto (PFL), elegeu-se governador da Bahia. Nessas eleições, Paulo Souto foi derrotado ao governo do Estado; Tourinho perdeu para João Durval.
Durval declarou à Justiça Eleitoral bens no valor de R$ 2,3 milhões, a maior parte dividida entre uma fazenda (R$ 1,25 milhão) e uma casa (R$ 763 mil). O restante se refere a cabeças de gado, cavalos, ações, aplicações financeiras e parcelas de imóveis.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA (PDT)/ DIVULGAÇÃO

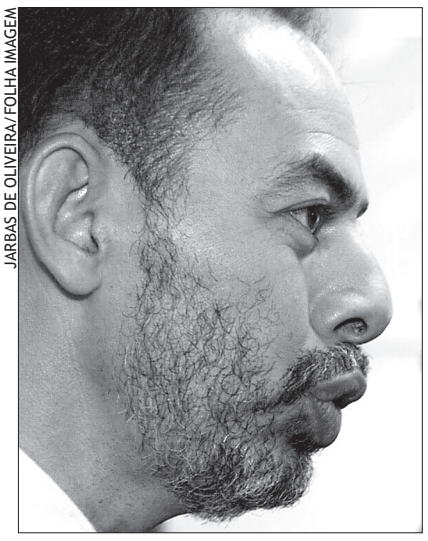


Inácio Arruda (PCdoB)

CE 1.907.431 votos
52,25% dos votos válidos


(99,69% dos votos apurados)

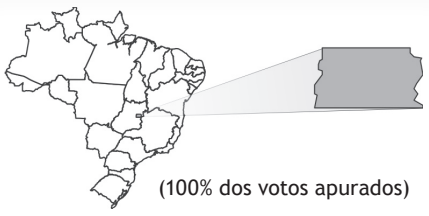
JARBAS DE OLIVEIRA/FOLHA IMAGEM



O deputado federal Inácio Arruda é natural de Fortaleza e completará 50 anos no dia 5 de maio. É casado com a médica Teresinha Braga Monte e tem três filhos. Concluiu Eletrotécnica na Escola Técnica Federal do Ceará e cursou Matemática e Direito (incompletos) na Universidade Federal do Ceará. Arruda marcou sua atividade política pela liderança de movimentos pela reforma urbana de Fortaleza, tendo sido o primeiro presidente da Federação de Bairros e Favelas da capital. Integrante do PCdoB desde antes da legalização, o novo senador participou das campanhas das Diretas Já e da Anistia, e da eleição de Tancredo Neves no Colégio Eleitoral durante a ditadura.
Seu primeiro mandato foi de deputado estadual – 1991 e 1995. O parlamentar cumpre o terceiro mandato na Câmara, tendo recebido, em 2002, a maior votação já registrada no Ceará para deputado federal. Disputou a prefeitura de Fortaleza em 2004, mas, mesmo com o apoio do PT e do presidente Lula, foi derrotado no segundo turno pela petista Luzianne Lins, que concorreu contra a direção do partido.
No Senado, ao assumir a vaga deixada por Luiz Pontes (PSDB), que se candidatou a deputado estadual, Arruda deve defender a transposição do rio São Francisco para o Nordeste Setentrional e a construção do trecho da Ferrovia Transnordestina que irá unir o Porto do Pecém (CE) a Suape (PE).
Os suplentes pela coligação Ceará Vota para Crescer (PSB, PT, PCdoB, PMDB, PRB, PP, PHS, PMN e PV) são Raimundo Noronha Filho (PMDB) e Glória Maria Ramos Tavares, a Professora Glória (PSB), nessa ordem.
Os bens de Inácio Arruda totalizam R$ 240 mil, divididos entre dois apartamentos, um carro e uma conta corrente, conforme a declaração à Justiça Eleitoral.

Joaquim Roriz (PMDB)

DF 657.217 votos
51,83% dos votos válidos


(100% dos votos apurados)

O ex-governador do Distrito Federal Joaquim Domingos Roriz (PMDB) nasceu na cidade de Luziânia (GO) em 1936. É pecuarista, casado e pai de três filhas.
Governou o Distrito Federal pela primeira vez entre 1988 e 1990, por indicação do então presidente da República José Sarney. Nesse mesmo ano, saiu vitorioso, em primeiro turno, na primeira eleição direta para governador de Brasília. Em 1994 não concorreu ao cargo, voltando a disputar em 1998, quando derrotou em pleito acirrado o atual senador Cristovam Buarque, então do PT. Foi reeleito em 2002 com apenas 4.222 votos (1,2%) de vantagem sobre o candidato petista Geraldo Magela. Marcou suas gestões em Brasília com a realização de grandes obras viárias e o início da construção do metrô da cidade. Além disso, obteve grande apoio popular com sua política fundiária, que permitiu a criação de cidades como Samambaia, Santa Maria, Águas Claras e Riacho Fundo I e II.
Antes de iniciar a vida política na capital federal, Roriz foi deputado estadual, vice-governador de Goiás, prefeito de Goiânia e, de 1983 a 1987, deputado federal por Goiás. Ocupou brevemente o cargo de ministro da Agricultura no governo do então presidente Fernando Collor.
Joaquim Roriz ocupará a cadeira de Valmir Amaral (PTB), que não se candidatou a cargo eletivo este ano. A coligação Juntos por Brasília, composta por PMDB, PSDB, PTB, PAN, PHS, PTC, PRP e PTdoB, elegeu, juntamente com Roriz, os suplentes Gim Argello (PTB) e Marcos de Almeida Castro (PMDB).
De acordo com a declaração encaminhada à Justiça Eleitoral, o patrimônio de Roriz soma quase R$ 4,5 milhões, distribuídos entre uma casa, duas fazendas, 6,2 mil cabeças de gado (R$ 2,85 milhões), dois tratores, participações em uma empresa agropecuária e outra de tratores, além de aplicações financeiras.

J. FREITAS

BIOGRAFIA DOS SENADORES ELEITOS

Renato Casagrande (PSB)

ES 1.031.487 votos
62,37% dos votos válidos

(100% dos votos apurados)

PATRÍCIA RAPOSO

O deputado federal José Renato Casagrande (PSB), 46 anos, é casado com Maria Virgínia Moça Casagrande e tem dois filhos. É formado em Direito pela Faculdade de Cachoeiro do Itapemirim (ES) e em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), em Minas Gerais. Filiado ao PSB desde 1987, foi líder do partido na Câmara dos Deputados, onde exerce mandato eletivo desde 2003. Destacou-se no apoio ao governo, inclusive em momentos de crise, como durante o escândalo do mensalão.

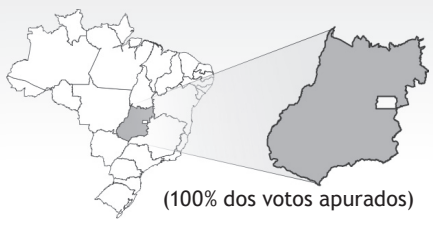
Antes de ingressar no PSB, em que atua como secretário-geral da Comissão Executiva Nacional desde 2000, Renato Casagrande pertenceu ao PMDB (1982-1987). Além de ter sido vice-governador do Espírito Santo entre 1995 e 1998, foi secretário estadual de Agricultura, secretário de Meio Ambiente da prefeitura de Serra (ES) e secretário de Obras da Prefeitura Municipal de Castelo (ES), sua cidade natal.

A trajetória política também inclui militância no PCdoB, na clandestinidade. No início da década de 1990, fundou a Associação Castelense de Proteção Ambiental. Sua atuação na área de ecologia inclui ainda a participação no Conselho Estadual de Meio Ambiente e a presidência da Associação Nacional de Municípios de Meio Ambiente do Espírito Santo.

Eleito pela coligação Espírito Santo Presente (PSB, PT, PL, PCdoB, PMN, PSC, PV e PRB), Casagrande declarou patrimônio composto por um apartamento, sociedade em empresa de consultoria e dois carros, num total de R$ 130 mil. Seus suplentes são Ana Rita Esgario (PT) e Esmael Barbosa de Almeida (PL). Ele vai ocupar a cadeira deixada pelo senador João Batista Motta (PSDB). Suplente do ex-senador e governador reeleito do Espírito Santo, Paulo Hartung, Motta não se candidatou este ano.

Marconi Perillo (PSDB)

GO 2.035.564 votos
75,82% dos votos válidos


(100% dos votos apurados)

Nascido em 7 de março de 1963 em Palmeiras de Goiás, Marconi Ferreira Perillo Júnior é pecuarista. Casado e pai de duas filhas, começou na política cedo, na militância jovem do PMDB goiano. O senador eleito iniciou três cursos superiores: Ciências Sociais, Engenharia Industrial Mecânica e Direito, mas não concluiu nenhum deles.

Pelo mesmo partido, elegeu-se deputado estadual em 1990, mas, quatro anos mais tarde, se candidatou a deputado federal pelo PP e foi, mais uma vez, eleito.

Marconi Perillo atraiu a atenção da opinião pública brasileira em 1998, ao ser eleito o governador mais jovem do país, já pelo PSDB, seu atual partido, vencendo o favoritismo do PMDB goiano, tradicionalmente no poder.

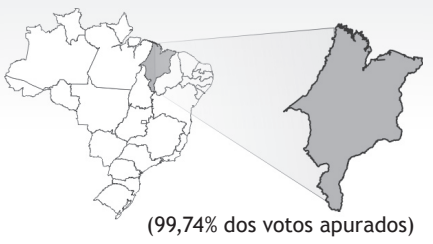
Sua administração recebeu a aprovação dos goianos ao ser reeleito para um segundo mandato em 2002. Marconi Perillo deixou o cargo de governador para disputar uma vaga ao Senado. Promoveu uma política que privilegiou a área de infra-estrutura, a começar por maiores investimentos em ferrovias, portos, rodovias, aeroportos e metrôs. Também atraiu, por meio de incentivos fiscais, empresas e indústrias para o estado.

A coligação que elegeu o novo senador é composta ainda pelo PP, PTB, PTN, PL, PPS, PAN, PRTB, PHS, PMN, PV, PRP e PTdoB, e tem como suplentes de senador Ciry Miranda Gifford Júnior (PSDB), o Cyro Miranda, e Paulo Silva de Jesus (PSDB). Marconi Perillo vai assumir a vaga deixada pelo senador Maguito Vilela (PMDB), cujo mandato termina no final deste ano e que disputa o segundo turno para o governo de Goiás.

Os bens de Perillo totalizam quase R$ 750 mil, entre apartamentos, terrenos e fazendas em Goiânia e Pirenópolis (GO). Tem ainda participação em uma empresa de alimentos.

Epitácio Cafeteira (PTB)

MA 1.013.754 votos
39,36% dos votos válidos


(99,74% dos votos apurados)

Com mais de 40 anos de vida pública, Epitácio Cafeteira Afonso Pereira (PTB) é outro ex-senador que retorna à Casa, onde já ocupara uma cadeira por oito anos, entre 1991 e 1999, pelo extinto Partido Progressista Brasileiro (PPB), que foi sucedido pelo PP. Nascido em João Pessoa, em 27 de junho de 1924, é casado, aposentado e um dos senadores eleitos mais idosos a tomar posse na história da República. Cafeteira foi prefeito de São Luís de 1965 a 1969, deputado federal de 1967 a 1987 e governador do Maranhão de 1986 a 1990.

No Senado, Cafeteira apresentou uma proposta de emenda à Constituição (PEC 7/93) reduzindo para 16 anos a idade de imputabilidade penal. Também apresentou projeto de lei complementar (PLS 122/91) estabelecendo condições para a autonomia do Banco Central. Na época, se destacou como um dos maiores críticos à contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas, medida que finalmente foi aprovada depois que ele deixou o Senado.

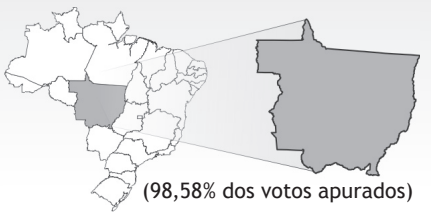
Cafeteira disputou as eleições pela coligação Maranhão – A Força do Povo, que também contou com apoio de PP, PMDB, PTN, PSC, PL, PFL, PRTB, PHS, PV e PRP. Na mesma chapa, foram eleitos Afonso Sérgio Fernandes Ribeiro (PTB), para primeiro suplente de senador, e José de Ribamar Fiquene (PMDB), para segundo suplente.

A vaga ocupada por Cafeteira será aberta pelo senador João Alberto Souza (PMDB), que disputa o segundo turno para o cargo de vice-governador do Maranhão na chapa que tem a senadora Roseana Sarney (PFL) como governadora.

O patrimônio declarado por Cafeteira perfaz R$ 2,9 milhões e inclui um prédio residência, duas casas, um apartamento, participações em duas empresas, dois aviões da Embraer, carros, saldos em contas correntes e jóias.

Jayme Campos (PFL)

MT 769.112 votos
61,07% dos votos


(98,58% dos votos apurados)

Jayme Campos (PFL) é produtor agropecuário nascido em Várzea Grande (MT), em 13 de setembro de 1951. Casado e pai de quatro filhos, tem nível médio. O senador eleito iniciou sua carreira política como coordenador da campanha do irmão mais velho, o ex-senador Júlio Campos, à prefeitura de sua cidade natal pela Aliança Renovadora Nacional (Arena). Mais tarde, em 1978, exerceu o mesmo papel quando o irmão foi candidato a deputado federal.

Em 1982, pelo Partido Democrático Social (PDS), Jayme Campos elegeu-se prefeito de Várzea Grande, cargo para o qual foi, já pelo PFL, reconduzido em 1996 e reeleito em 2000. Em 2004, assumiu a presidência do diretório do PFL em Mato Grosso. Governador do estado de 1991 a 1994, Jayme Campos defende a realização de investimentos em infra-estrutura como forma de aprimorar as condições de logística estadual e a diminuição do custo do frete da produção agrícola. Também quer a redução da carga tributária e a adoção de políticas de incentivos fiscais para a iniciativa privada.

A coligação de Jayme Campos em 2006, Mato Grosso Unido e Justo, é composta pelo PPS, PFL, PP, PTB, PMDB, PTN, PL, PAN, PRTB, PMN, PTC, PSB e PV. Os suplentes de senador da chapa são Luiz Antônio Pagot (PPS) e Osvaldo Roberto Sobrinho (PTB). Jayme Campos vai ocupar a vaga aberta ao fim do mandato do senador Antero Paes de Barros (PSDB), que este ano se candidatou, sem sucesso, ao governo do estado.

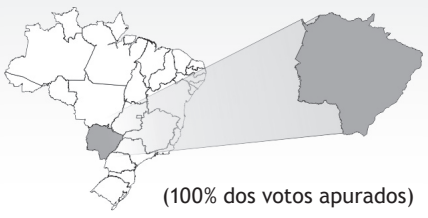
A declaração de bens de Jayme Campos soma R$ 14,1 milhões, a mais alta entre os senadores eleitos. São 20 fazendas, quatro casas, quatro apartamentos, terrenos e salas comerciais, dois frigoríficos, um armazém, uma emissora de rádio, uma aeronave, três tratores, uma colheitadeira, três caminhões e uma lancha, entre outros.

PFL/DIVULGAÇÃO

BIOGRAFIA DOS SENADORES ELEITOS

Marisa Serrano (PSDB)

MS 607.584 votos
53,20% dos votos válidos



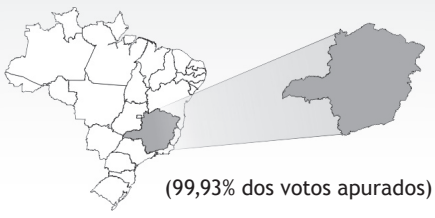
(100% dos votos apurados)

JOSÉ CRUZ

Marisa Joaquina Monteiro Serrano nasceu em Bela Vista (MS), em 21 de junho de 1947. É formada em Letras e Pedagogia pela Faculdade Dom Aquino de Filosofia, Ciências e Letras de Campo Grande. Professora da Universidade Estadual de Campo Grande desde 1973, a senadora eleita tem na educação um dos focos de sua atuação (ela também foi secretária estadual e coordenadora da área na bancada do PSDB na Câmara). Em 2002, Marisa Serrano fundou o Instituto Brasileiro de Atenção à Criança e à Família.
Atual vice-prefeita de Campo Grande, a nova senadora iniciou sua carreira política em 1977, quando foi eleita vereadora aos 30 anos de idade pela extinta Aliança Renovadora Nacional (Arena), e terminou o mandato pelo também extinto PDS.
Marisa Serrano foi eleita deputada federal em 1994 pelo PMDB e, novamente, em 1998, pelo PSDB. Agora, torna-se a primeira senadora eleita por Mato Grosso do Sul.
Entre 2000 e 2002, ocupou a presidência do Parlamento Cultural do Mercosul, quando instituiu o curso de mestrado em Gestão de Política Cultural na Universidade de Palermo, em Buenos Aires, voltado a estudantes dos países integrantes do Mercosul.
Tem como primeiro suplente Antônio Russo Netto (PL) e como segundo suplente Ruben Figueiró de Oliveira (PSDB). Assumirá a vaga do senador Juvêncio da Fonseca (PSDB), que se candidatou a deputado estadual. Sua coligação, denominada Amor, Trabalho e Fé, reúne também PMDB, PSC, PL, PPS, PFL, PAN, PRTB, PMN, PTC e PTdoB. Na corrida pelo mandato no Senado, Marisa Serrano derrotou o vice-governador de Mato Grosso do Sul, Egon Krakhecke (PT).
Segundo declaração apresentada à Justiça Eleitoral, a senadora possui um apartamento, duas casas, um carro, jóias e aplicações financeiras, num total de R$ 398 mil.

Eliseu Resende (PFL)

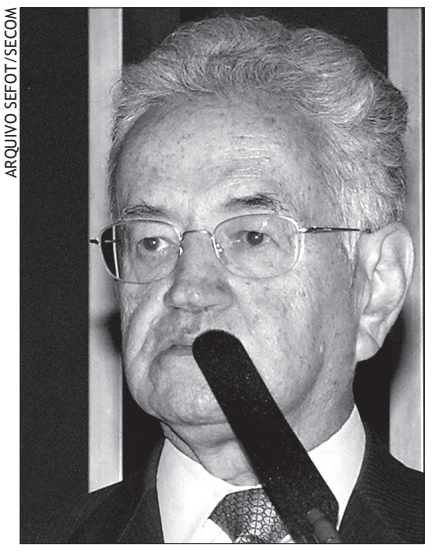
MG 5.052.805 votos
60,89% dos votos válidos



(99,93% dos votos apurados)

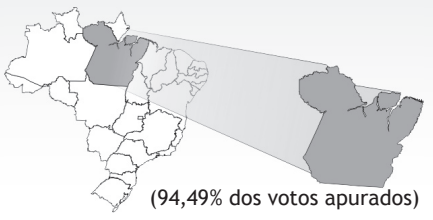
O engenheiro civil Eliseu Resende (PFL) nasceu em Oliveira (MG), em 7 de setembro de 1929. Casado, professor universitário, Resende também tem mestrado em Matemática e doutorado em Estatística pela Universidade de Nova York. Fez carreira em setores de infra-estrutura, como transportes e energia, ocupando cargos de direção em empresas públicas do setor.
O novo senador tem extensa participação em cargos do Poder Executivo, onde, filiado ao PDS, despontou como ministro dos Transportes (de 1979 a 1982), no período da ditadura militar, e da Fazenda (1993), no governo Itamar Franco. Ele também acumulou grande experiência no Congresso Nacional, onde atua como deputado federal por três mandatos, desde 1995, sempre pelo PFL.
Segundo a série "Os Cabeças do Congresso Nacional", do Departamento Intersindical de Análise Parlamentar (Diap), Eliseu Resende é um dos cem parlamentares mais influentes. Nas décadas de 1980 e 1990, exerceu cargos de direção no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), Companhia Petroquímica do Nordeste, Companhia Vale do Rio Doce, Furnas Centrais Elétricas, Nuclebrás Engenharia e Eletrobrás.
Eleito pela coligação Minas Não Pode Parar (PP, PTB, PSC, PL, PPS, PFL, PAN, PHS, PSB e PSDB), Eliseu Resende declarou à Justiça Eleitoral possuir uma casa, um apartamento, três terrenos, três carros, jóias, obras de arte, crédito junto à empresa OLR e aplicações financeiras, num total de R$ 2,9 milhões. Seus suplentes são Clésio Andrade (PL), atual vice-governador de Minas Gerais, e Antônio Aureliano Mendonça (PSDB).
Vai assumir a vaga que pertenceu ao vice-presidente da República José Alencar, ora ocupada pelo senador Aelton Freitas (PL), que se elegeu deputado federal.

ARQUIVO SEFOT/SECOM



Mário Couto (PSDB)

PA 1.397.622 votos
52,03% dos votos válidos



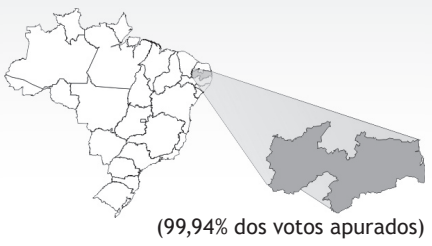
(94,49% dos votos apurados)

PSDB/DIVULGAÇÃO

Mário Couto Filho é administrador e engenheiro, casado e tem seis filhos. Seu nascimento foi registrado como tendo ocorrido em 14 de janeiro de 1946, em Belém, mas repete aos interlocutores que se orgulha de ser um político que nasceu na ilha de Marajó, filho de um casal de comerciantes da vila de Salvaterra, em Soure (PA).
Mário Couto começou sua vida política depois de ter ocupado a chefia do antigo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) no Pará. Cumpriu quatro mandatos como deputado estadual (desde 1990) e chegou à presidência da Assembléia Legislativa do Pará, que ocupa até o fim de 2006. Como presidente, sancionou o projeto que reduziu o recesso parlamentar de 90 dias para 55 dias e acabou com os pagamentos nas convocações extraordinárias.
Durante a campanha para o Senado, prometeu defender a conclusão da eclusa da barragem da Hidrelétrica de Tucuruí, no rio Tocantins. A obra permitirá que a navegação pelo rio Tocantins reduza o custo de exportação dos cereais produzidos no sudeste do Pará e no estado do Tocantins.
Outra obra que ele considera vital para o desenvolvimento do Pará é o asfaltamento definitivo da Transamazônica.
Eleito pela coligação União pelo Pará (PP, PTB, PSC, PL, PFL, PAN, PRTB, PHS, PMN, PTC, PV, PRP, PSDB, PRONA, PTdoB), Mário Couto derrotou nas urnas o atual senador Luiz Otávio (PMDB). Os suplentes do senador eleito são Demetrius Fernandes Ribeiro e Shydney Jorge Rosa, ambos do PSDB, nessa ordem.
O patrimônio declarado pelo futuro senador à Justiça Eleitoral é de quase R$ 600 mil e dois terços desse valor dizem respeito a uma fazenda em São Francisco do Pará. O restante está dividido entre três imóveis e um carro, além de outros bens.

Cícero Lucena (PSDB)

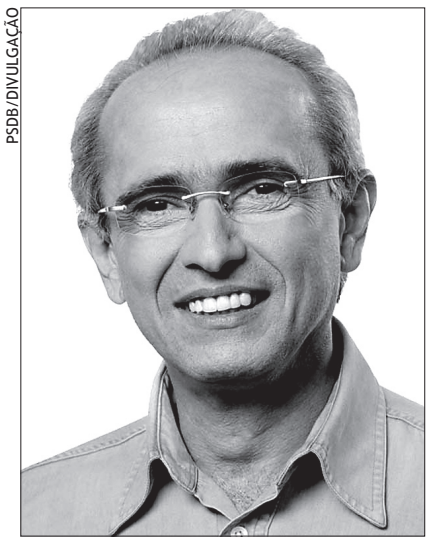
PB 803.124 votos
48,25% dos votos válidos



(99,94% dos votos apurados)

Casado e natural de São José de Piranhas (PB), Cícero de Lucena Filho nasceu em 5 de agosto de 1957 e tem curso superior incompleto.
Sobrinho do já falecido ex-presidente do Senado Humberto Lucena, iniciou sua carreira política aos 33 anos filiando-se ao PMDB. Seu primeiro cargo eletivo, conquistado nas eleições de 1989, foi de vice-governador na chapa do ex-senador Ronaldo Cunha Lima, atualmente deputado federal pelo PSDB. Passou a exercer o cargo de governador com o afastamento de Cunha Lima para concorrer às eleições ao Senado em 1994.
Em 1996, Cícero Lucena candidatou-se a prefeito de João Pessoa, sendo eleito no segundo turno. Um segundo mandato no cargo foi conquistado já no primeiro turno das eleições de 2000.
Rompeu politicamente com o ex-governador e atual senador José Maranhão (PMDB) em 2001, filiando-se, em seguida, ao PSDB.
Cícero Lucena foi ministro de Políticas Regionais do governo Fernando Henrique Cardoso e secretário de Planejamento do governo da Paraíba.
Nesta eleição, ele derrotou o atual senador Ney Suassuna (PMDB-PB), que era candidato à reeleição e teve de se defender, durante a campanha, de acusações de ter participado da compra ilegal de ambulâncias. A coligação de Lucena, Por Amor à Paraíba, é a mesma do governador Cássio Cunha Lima (PSDB) – que disputa o segundo turno –, apoiada ainda por PP, PTB, PTN, PL, PFL, PTC e PT do B.
O primeiro suplente de senador da coligação é Carlos Marques Dunga (PTB) e o segundo, João Rafael de Aguiar (PSDB).
O patrimônio declarado de Cícero Lucena é composto por imóveis em João Pessoa e Cabedelo (PB), um automóvel e participações em três empresas, totalizando R$ 915 mil.

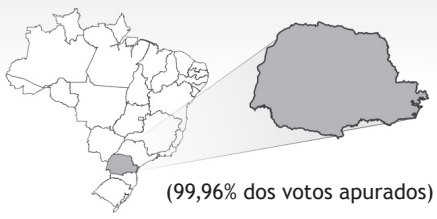
PSDB/DIVULGAÇÃO



BIOGRAFIA DOS SENADORES ELEITOS

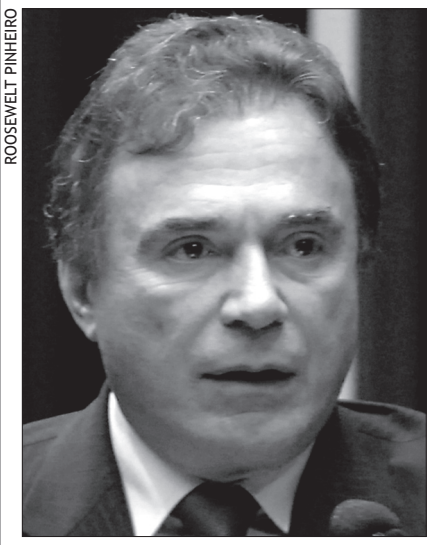
Alvaro Dias

PR 2.571.732 votos
50,51% dos votos válidos



(99,96% dos votos apurados)

ROOSEWELT PINHEIRO



Alvaro Dias nasceu em 7 de dezembro de 1944 em Quatá, no oeste paulista, e começou sua vida profissional em Londrina (PR). Tornou-se professor depois de obter diploma do curso de História pela Universidade Estadual de Londrina, onde militou no movimento estudantil. Essa atividade política lhe rendeu o primeiro mandato, em 1968, como vereador de Londrina. Em 1971, tornou-se deputado estadual pelo MDB. Em 1975 assumiu o primeiro mandato como deputado federal. Foi reeleito em 1981 e senador de 1983 a 1987, ano em que tornou-se governador do Paraná, obtendo 68% dos votos. A partir de 1991, assumiu outros cargos, como a presidência da Telecomunicações do Paraná (Telepar), em 1997.

Novamente senador a partir de 1999 (eleito com mais de 65% dos votos válidos), Alvaro Dias deixou o PSDB depois de assinar um pedido de comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar denúncias de corrupção durante o governo Fernando Henrique Cardoso. Presidiu as CPIs da Terra e do Futebol. Também foi membro titular da CPI dos Correios e dos Bingos em 2005/2006.

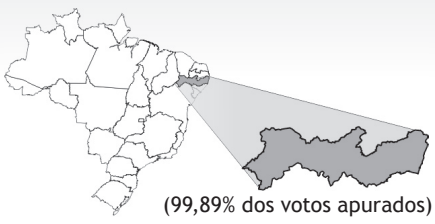
Em 2002, candidatou-se ao governo do Paraná pelo PDT, porém, ainda que tenha sido o mais votado no primeiro turno, foi superado no segundo por Roberto Requião.

No governo Lula, voltou ao PSDB e, desde maio de 2006, é líder do Bloco da Minoria (PFL e PSDB) no Senado. Sua atuação lhe rendeu uma posição entre os cem parlamentares mais influentes no Congresso Nacional escolhidos pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

A declaração de renda de Alvaro Alvaro lista bens como imóveis, fazendas e um carro modelo BMW, totalizando R$ 1,9 milhão. Seus suplentes, também do PSDB, são Wilson de Matos Silva e Hélio Moacyr de Souza Duque.

Jarbas Vasconcelos (PMDB)

PE 2.028.841 votos
56,13% dos votos válidos



(99,89% dos votos apurados)

Duas vezes prefeito do Recife e duas vezes governador de Pernambuco, Jarbas de Andrade Vasconcelos nasceu em Vicência (PE) a 23 de agosto de 1942. Divorciado, é advogado, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais formado pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Pernambuco. Ingressou no MDB em 1966 e, quatro anos mais tarde, assumiu seu primeiro cargo eletivo, como deputado estadual.

Foi eleito deputado federal em 1974 e 1982. Também chegou a assumir o mandato em 1978, quando era suplente. Votou, em 1984, a favor das eleições diretas para presidente da República. Elegeu-se prefeito do Recife nos pleitos de 1985 e 1992. Antes de assumir a presidência nacional do PMDB, em 1989, já havia exercido diversos cargos de direção no partido. Para governador, elegeu-se a primeira vez em 1998, com mais de 1 milhão de votos de diferença para o segundo colocado, e foi reeleito em 2002.

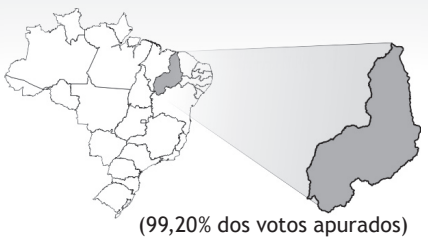
Jarbas Vasconcelos chega ao Senado 28 anos depois de disputar o cargo pela primeira vez. Em 1978, embora tenha sido o mais votado pelos pernambucanos, acabou perdendo a eleição por ter recebido, individualmente, 38 mil votos a menos que a soma dos dois adversários da extinta Arena que concorriam pela sublegenda (lista de candidatos de um mesmo partido que disputavam o cargo majoritário no regime militar).

A atual coligação de Jarbas, União por Pernambuco, reúne PMDB, PFL, PSDB, PTN, PPS e PHS. Tem como suplentes Roberto Freire (PPS) e José Arlindo Soares (PMDB). Jarbas ocupará a vaga aberta pelo fim do mandato do senador José Jorge (PFL), candidato a vice-presidente na chapa de Geraldo Alckmin (PSDB). Seu patrimônio é de R$ 878 mil e, conforme declarou à Justiça Eleitoral, é composto por aplicações financeiras, imóveis, um automóvel e R$ 200 mil em obras de arte.

JANE ARAÚJO

João Claudino (PTB)

PI 920.549 votos
65,51% dos votos válidos



(99,20% dos votos apurados)

O empresário das áreas de indústria (fábricas de *jeans* e de colchões) e comércio João Vicente de Macedo Claudino (PTB) nasceu em Cajazeiras (PB) a 9 de fevereiro de 1963 e se mudou para o Piauí em 1968. Casado e pai de cinco filhos, concorreu pela primeira vez a um mandato eletivo este ano.

Assumirá a vaga deixada pelo senador Alberto Silva (PMDB), que este ano se candidatou a deputado federal.

Em sua vida pública, assumiu a Secretaria de Indústria, Comércio e Tecnologia do Piauí de 1995 a 1998, durante o governo do atual senador Mão Santa (PMDB), cuja coligação foi sua adversária nas eleições deste ano. A indicação para o cargo no governo à época partiu de associações de indústria e comércio do Piauí.

Em entrevista ao *site* Portal AZ, João Claudino apontou como uma de suas bandeiras de luta no Senado uma reforma política que fortaleça os partidos e seus compromissos com a população. Também defendeu que "é preciso estimular não somente o primeiro emprego, mas também o primeiro negócio, para valorizar o espírito empreendedor das pessoas", e uma reforma tributária "que faça com que aquele que está na informalidade e o micro e o pequeno empresário tenham uma ação mais justa sobre a visão fiscal".

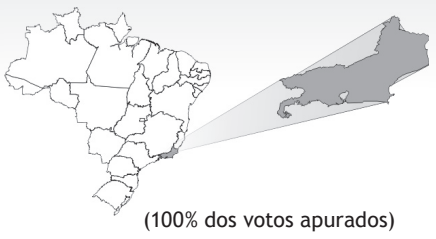
Candidato ao Senado pela coligação A Vitória da Força do Povo (PT, PSB, PTB, PCdoB e PL), Claudino integrou a mesma coalizão do governador Wellington Dias (PT), ora reeleito para o mandato que se inicia em 2007 e vai até 2011.

Claudino tem como suplentes João Hilton Fernandes Silva (PTB) e Maria de Lourdes de Carvalho Rufino (PCdoB).

De acordo com declaração de bens apresentada à Justiça Eleitoral, o novo senador possui, além das empresas, dois carros Mitsubishi e R$ 665 mil em saldo em conta corrente e dinheiro.

Francisco Dornelles (PP)

RJ 3.373.731 votos
45,86% dos votos válidos

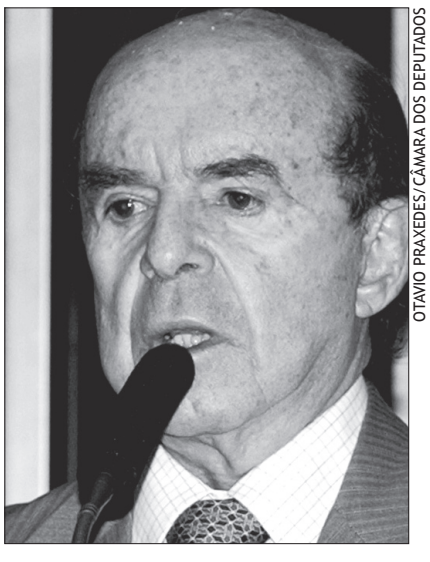


(100% dos votos apurados)

Natural de Belo Horizonte, Dornelles é primo distante do ex-presidente Getúlio Vargas e sobrinho do ex-presidente Tancredo Neves. Nascido em 7 de janeiro de 1935, é casado e tem duas filhas. Em 1954, iniciou o curso de Direito na antiga Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Com grande destaque na área acadêmica, foi coordenador e professor na Fundação Getúlio Vargas (FGV), na Universidade do Estado da Guanabara (UEG) e nas faculdades Gama Filho e Cândido Mendes. Em 1969, tornou-se também professor de Direito Financeiro da UFRJ, disciplina em que obteve os títulos de mestre e doutor pela mesma universidade. Em setembro de 1961, quando Tancredo Neves foi nomeado primeiro-ministro do governo parlamentarista do presidente João Goulart, Dornelles tornou-se secretário particular de Tancredo. Em 1979, no governo João Figueiredo (1979-1985), assumiu a Secretaria da Receita Federal.

Ex-ministro da Fazenda do governo do presidente José Sarney (indicado pelo tio Tancredo, que, porém, não chegou a assumir a Presidência), Dornelles é deputado federal desde 1987. Mais tarde, voltou a ser ministro nos dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso (da Indústria, Comércio e Turismo, de 1996 a 1998, e do Trabalho e Emprego, de 1999 a 2002). Já foi filiado ao extinto PDS, além do PFL, PPB e PPR.

Eleito pela coligação Unidos pelo Rio (PP, PTB, PMDB, PSC, PL, PAN, PMN, PTC e Prona), Dornelles tem como suplentes Péricles Ferreira Olivier de Paula (PP) e José Calp Filho (PTB), nessa ordem. Ocupará a vaga do senador Roberto Saturnino (PT), que este ano não se candidatou a cargo eletivo. Segundo declaração entregue à Justiça Eleitoral, seus bens somam R$ 5,1 milhões. Ele possui duas empresas (Petroquímica Ciquine e FGN Consultores).

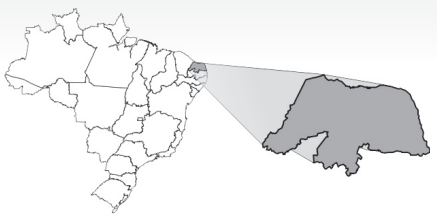


OTAVIO PRAXEDES/CÂMARA DOS DEPUTADOS

BIOGRAFIA DOS SENADORES ELEITOS

Rosalba Ciarlini (PFL)

RN 645.773 votos
44,18% dos votos válidos



PFL/DIVULGAÇÃO

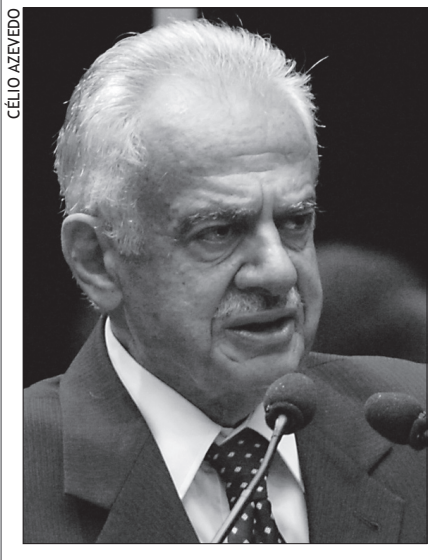
A médica pediatra com especialização em Neonatal Rosalba Escóssia Ciarlini Rosado nasceu em Mossoró (RN), em 26 de outubro de 1952. Formou-se pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), tendo cursado os três primeiros anos na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).
Mesmo sendo mulher de ex-deputado (Carlos Augusto Rosado) e nora de ex-governador (Dix-Sept Rosado), ela diz que jamais imaginou entrar para a política. Mãe de quatro filhos, por vários anos dedicou-se aos seus pacientes, até que foi convidada a dirigir o maior hospital público da segunda cidade do Rio Grande do Norte, Mossoró, o Hospital Regional Tarcísio Maia. Foi fundadora da Unimed Mossoró e a primeira mulher presidente da cooperativa no Brasil, tendo exercido o cargo por três vezes. Entre 1988 e 2004 foi três vezes prefeita de Mossoró.
Ela derrotou nas eleições para o Senado, com 44,18% do votos válidos, dois veteranos políticos do estado: o atual senador Fernando Bezerra (PTB) e o ex-senador Geraldo Melo (PSDB). Bezerra deixará o mandato no início de fevereiro. A pefelista foi eleita com o apoio do candidato ao governo pelo PMDB, senador Garibaldi Alves Filho.
Primeira mulher pelo seu estado a chegar ao Senado, Rosalba é tataraneta de Ana Floriano, umas das líderes do Motim das Mulheres, movimento que buscou impedir a ida de maridos e filhos à Guerra do Paraguai por meio de invasão aos cartórios, na qual foram rasgadas certidões militares, e de panelaços em que foram destruídas as convocações.
Tem como suplentes Garibaldi Alves, pai do senador, e Ivonete Dantas Silva, ambos do PMDB, que integra a coligação Vontade Popular ao lado de PFL, PP, PRP e PTN. Declarou à Justiça Eleitoral possuir um carro e dinheiro em espécie, num total de

Pedro Simon (PMDB)

RS 1.862.422 votos
33,93% dos votos válidos

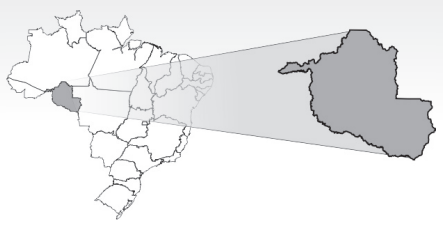
Nascido em 31 de janeiro de 1930 em Caxias do Sul (RS), o senador Pedro Simon é casado com Ivete Fülber e tem três filhos. Formou-se em Ciências Jurídicas pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Tem títulos de pós-graduação em Economia Política e Direito obtidos na PUC-RS, em Paris e em Roma. É professor licenciado de Economia Política da Faculdade de Direito de Caxias do Sul.
Sua vida parlamentar começou como vereador em Caxias do Sul pelo PTB, em 1960, depois de militar no movimento estudantil. Dois anos mais tarde, era eleito deputado estadual, mandato que exerceu até 1978. Naquele ano, foi eleito senador. Exerceu o cargo de ministro da Agricultura (indicado pelo presidente eleito Tancredo Neves) no governo Sarney. Depois, assumiu o governo do Rio Grande do Sul, cargo que ocupou entre 1987 e 1990.
No PMDB, participou da Executiva Nacional do partido e coordenou, em 1984, o movimento das Diretas Já. Derrotada a emenda das Diretas, coordenou, em seguida, a Aliança Democrática, juntamente com o então deputado federal Ulysses Guimarães (PMDB-SP), o senador José Sarney (PMDB-AP), o senador Marco Maciel (PFL-PE) e o então vice-presidente Aureliano Chaves.
Teve atuação marcante na CPI que levou ao *impeachment* do presidente Fernando Collor (1992) e na CPI do Orçamento (1993). Nessa época, ocupou o cargo de líder do governo no Senado durante a presidência de Itamar Franco (1992 a 1994). Sua coligação é apoiada também pelo PTB e pelo PMN.
Os suplentes do senador são Elói Francisco Pedroso Guimarães (PTB) e Maria da Graça Gomes Paiva (PMDB).
Da declaração de bens entregue à Justiça Eleitoral, constam imóveis e aplicações financeiras que totalizam R$ 370 mil.

CÉLIO AZEVEDO



Expedito Júnior (PPS)

RO 267.648 votos
39,58% dos votos válidos

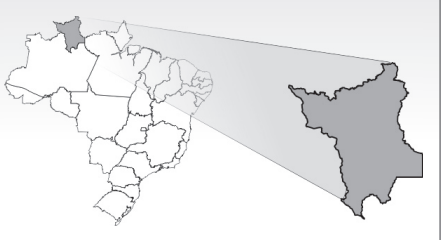


MÁRCIA KALUME

Nascido em 10 de junho de 1963, em Guararapes (SP), Expedito Gonçalves Ferreira Júnior, do Partido Popular Socialista (PPS), é casado e trabalhou como professor do ensino fundamental depois de completar o ensino médio no estado de São Paulo. O mandato como senador não será sua primeira experiência como parlamentar em Brasília: já foi deputado federal em três ocasiões.
Iniciou sua trajetória política aos 21 anos, quando se elegeu vereador de Rolim de Moura (RO), tendo presidido a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal. Em 1986, tornou-se, pelo PMDB, um dos mais jovens deputados federais do país, participando inclusive da elaboração da Constituinte. Entre 1987 e 1988, Expedito Júnior foi secretário especial de Ação Comunitária de Rondônia e, de 1988 a 1990, secretário de Trabalho e Promoção Social do estado.
Em 1994, elegeu-se novamente deputado federal pelo PL. Participou, como observador parlamentar, da Cúpula Mundial de Alimentação na Itália em 1996. Reelegeu-se para o cargo pelo PFL em 1998. Foi vice-líder do bloco PFL/PST em 2001. Representou a Câmara dos Deputados em visita oficial à Romênia, 2000, e deixou aquela Casa em 2003.
Este ano, elegeu-se senador pela coligação O Trabalho Continua, apoiada por PPS, PAN, PFL, Prona, PTN e PV. Seu primeiro suplente é Elcide Alberto Lanzarin e o segundo, Jabis Emerick Dutra. Ambos são do PPS.
Em 2007, assumirá a vaga aberta ao fim do mandato do senador Amir Lando (PMDB), que este ano se candidatou ao governo do estado.
O patrimônio declarado pelo candidato à Justiça Eleitoral perfaz R$ 754 mil, incluindo um apartamento em Brasília, outro em Porto Velho, uma caminhonete, um sítio em Rolim de Moura e 232 cabeças de gado.

Mozarildo Cavalcanti (PTB)

RR 96.180 votos
55,02% dos votos válidos



Mozarildo Cavalcanti nasceu em Boa Vista, em 11 de junho de 1944. Casado e pai de três filhos, Mozarildo foi o primeiro roraimense formado em Medicina no Pará. Exerceu cargos na área de saúde, entre os quais o de secretário de Saúde de Roraima. Dirigiu três hospitais (Hospital Nossa Senhora de Fátima, Hospital Coronel Mota e Maternidade de Boa Vista) e presidiu o Conselho Regional de Medicina do estado. Também foi representante, em Belém, do governo do então território federal de Roraima.
Professor universitário concursado da Universidade Federal de Roraima (UFRR), recebeu o título de doutor *honoris causa* da instituição.
Elegeu-se deputado federal duas vezes, entre 1983 e 1991, pelo PDS e pelo PFL, período em que trabalhou na Assembléia Nacional Constituinte, e senador para o período de 1999 a 2007. No Senado, presidiu a Subcomissão Permanente da Amazônia, que faz parte da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, e ocupou a vice-presidência da Comissão da Amazônia. Mozarildo destacou-se como presidente da CPI destinada a investigar a atuação das organizações não-governamentais (ONGs) no Brasil. Ao final dos trabalhos, apresentou uma série de projetos para regulamentar as atividades dessas entidades, já que, para Mozarildo, muitas delas servem a interesses estrangeiros na Amazônia. Atualmente, é líder do PTB. Reeleito pela coligação Roraima pra Todos (PTB, PP, PL, PFL e PSDB), Mozarildo tem como primeiro suplente Luiz Fernando de Abreu Sodré Santoro (PTB) e como segunda suplente Sumaia Marly Salomão Witt, a dra. Sumaia (PP).
Constam de sua declaração de bens apresentada à Justiça Eleitoral duas casas, uma fazenda, um apartamento, dois carros, uma moto e aplicações financeiras, totalizando R$ 1.344.526,54.

JANE ARAÚJO

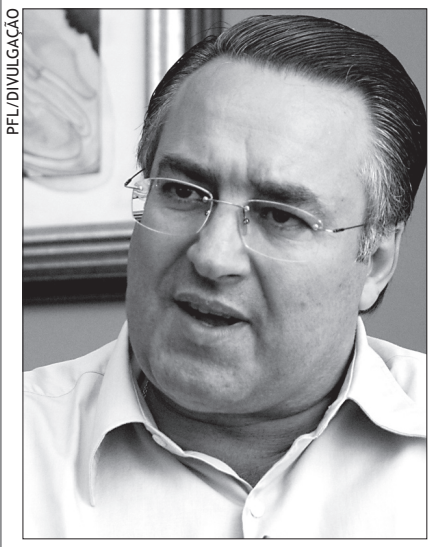
BIOGRAFIA DOS SENADORES ELEITOS

Raimundo Colombo (PFL)

SC 1.734.794 votos
58,58% dos votos válidos

(100% dos votos apurados)

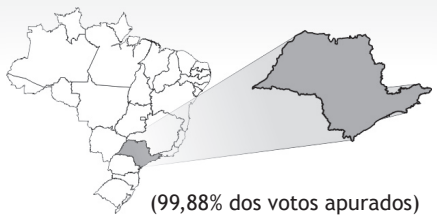
PFL/DIVULGAÇÃO



Presidente licenciado do PFL de Santa Catarina, o empresário e pecuarista João Raimundo Colombo nasceu em Lages (SC), em 28 de fevereiro de 1955. É casado com Maria Angélica e tem dois filhos.
Cursou Pedagogia (incompleto) pela Faculdade de Ciências e Pedagogia de Lages e fez curso de formação e especialização em Ciência Política na Alemanha.
Líder estudantil, entrou na política ao integrar a equipe do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), que à época assumia o governo do estado. Exerceu cargos na estatal Centrais Elétricas de Santa Catarina (Celesc), na empresa de telecomunicações Telesc, e foi secretário estadual do Desenvolvimento Social em 1983. Seu primeiro cargo eletivo foi o de deputado estadual, em 1986, quando ocupou a liderança de seu partido na Assembléia Legislativa. Dois anos mais tarde elegeu-se prefeito de Lages, cargo que voltou a ocupar em 2000 e para o qual foi reeleito em 2004. Renunciou à prefeitura no último dia 31 de março para candidatar-se ao Senado. Também foi deputado federal de 1998 a 2000.
Colombo se diz municipalista e reclama que os governos federal e estadual cobram muitos impostos para sustentar-se, mas oferecem pouco aos municípios.
Chega ao Senado apoiado por uma coligação de oito partidos, incluindo o PPS, o PMDB, do governador Luiz Henrique, que disputa o segundo turno, e o PSDB do senador Leonel Pavan, que está na chapa como vice-governador. Seu primeiro suplente, Casildo Maldaner, do PMDB, foi senador de 1995 a 2003. A segunda suplente é a tucana Niura Sandra Demarchi dos Santos.
O patrimônio declarado por Colombo é de R$ 1,37 milhão, incluindo terras, imóveis urbanos, 795 cabeças de gado, quatro veículos (caminhão, trator e caminhonetes), participações societárias e aplicações financeiras.

Eduardo Suplicy (PT)

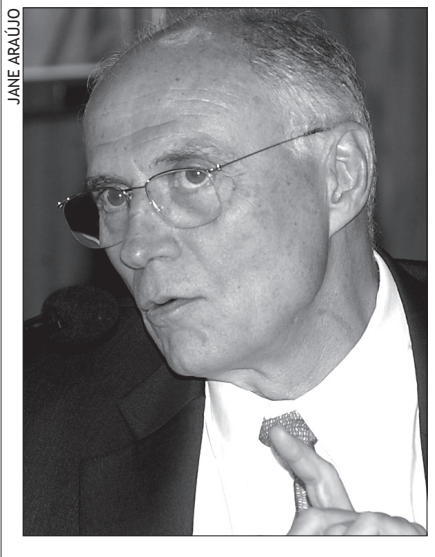
SP 8.975.957 votos
47,82% dos votos válidos



(99,88% dos votos apurados)

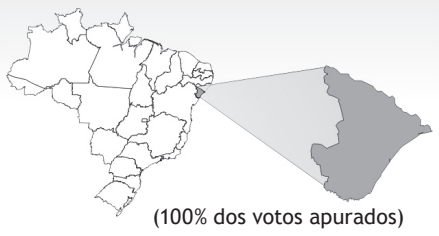
Eduardo Matarazzo Suplicy nasceu em São Paulo em 21 de junho de 1941. É separado da ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy, do PT, com quem tem três filhos.
Economista, administrador de empresas e professor universitário com mestrado e doutorado pela Michigan State University, nos Estados Unidos, Suplicy elegeu-se deputado estadual pela primeira vez pelo então MDB, em 1979.
Em 1983, foi eleito deputado federal. Candidatou-se à Prefeitura de São Paulo, em 1985 e 1992, e a governador, em 1986.
Eleito vereador em 1989, na gestão da ex-prefeita Luiza Erundina, presidiu a Câmara Municipal de São Paulo. Em 1991, Suplicy se tornou o primeiro senador eleito pelo PT. Em 2007, iniciará seu terceiro mandato no Senado. De 1999 a 2003, Suplicy apresentou 23 projetos de lei, entre os quais o que instituiu a Renda Básica de Cidadania, já sancionado (Lei 10.835/2004). Com atuação de destaque em comissões parlamentares de inquérito (CPIs), como a que levou ao *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor em 1992, foi o primeiro signatário da CPI dos Anões do Orçamento em 1993. Em negociações sobre a reforma agrária, Suplicy atuou como intermediário entre o governo Fernando Henrique e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).
No atual mandato, entrou em atrito com a direção do PT ao pedir a investigação de irregularidades supostamente cometidas pelo ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz. Também apoiou investigações sobre irregularidades nos Correios.
Suplicy foi eleito pela coligação Melhor para São Paulo (PT, PL, PCdoB e PRB), que tem como suplentes os petistas Carlos Ramiro de Castro e Ari Vicente Fernandes.
O patrimônio declarado por Suplicy à Justiça Eleitoral soma R$ 1.951.805,72 e inclui uma casa, lojas comerciais, terrenos, dois carros e aplicações financeiras.

JANE ARAÚJO



Maria do Carmo (PFL)

SE 468.546 votos
50,08% dos votos válidos



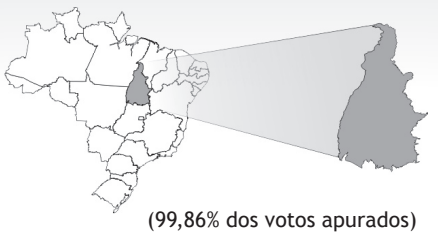
(100% dos votos apurados)

JANE ARAÚJO

A senadora Maria do Carmo do Nascimento Alves é natural de Cedro de São João (SE), nascida a 23 de agosto de 1941.
Empresária e advogada formada em 1966 pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Sergipe, é casada com João Alves Filho, governador do estado, que, ao tentar reeleger-se foi derrotado nas eleições deste ano pelo ex-prefeito de Aracaju, Marcelo Déda (PT).
Maria do Carmo dirigiu empresas no ramo da construção civil, nos estados da Bahia, Sergipe e Alagoas, e, na área da comunicação, em Sergipe.
Na vida pública, ocupou diversos cargos nas administrações do seu marido, o ex-prefeito de Aracaju, ex-governador sergipano por três vezes e ex-ministro do Interior, quando exerceu o comando de programas sociais como o Pró-Mulher, voltado a oferecer educação e assistência médica gratuita a mulheres carentes. Entre outros órgãos, presidiu o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Idoso, entre 1992 e 1994, e o Conselho da Fundação de Desenvolvimento Comunitário de Sergipe, órgão executor da política social do governo do estado, de 1991 a 1994.
Em fevereiro de 2003, já como senadora, licenciou-se para assumir a Secretaria de Estado de Combate a Pobreza, da Assistência Social e do Trabalho na terceira gestão do governador João Alves Filho.
No dia 16 de setembro, em meio à campanha eleitoral, retornou às suas atividades parlamentares.
Foi reeleita pela coligação Sergipe no Rumo Certo, integrada por PFL, PSDB, PP, PTN, PSC, PPS, PAN, PHS, PV e PCdoB. Seus suplentes são Virgílio José de Carvalho Neto, o Pastor Virgílio e Emanuel Messias Oliveira Cacho, ambos do PFL.
Os bens declarados pela senadora somam R$ 726.971,10 e é formado por oito apartamentos, um carro e quatro linhas telefônicas.

Kátia Abreu (PFL)

TO 324.554 votos
51,09% dos votos válidos



(99,86% dos votos apurados)

Nascida em 2 de fevereiro de 1962, em Goiânia, Kátia Regina de Abreu é empresária rural formada em Psicologia pela Universidade Católica de Goiás.
Viúva, a senadora eleita presidiu o Sindicato Rural de Gurupi (TO) e a Federação da Agricultura do Tocantins e tem atuação em favor dos produtores rurais.
Atualmente cumpre seu segundo mandato consecutivo de deputada federal. Na Câmara dos Deputados, coordena a Frente Parlamentar da Agricultura do Congresso Nacional e pertence à bancada ruralista daquela Casa. Foi vice-líder do PFL de 2003 até maio deste ano, quando assumiu a primeira vice-liderança do partido. Como deputada federal, Kátia apresentou projetos na área de regulamentação da comercialização de organismos geneticamente modificados, do registro de agrotóxicos para maior controle de sua utilização e da obtenção de recursos para projetos de irrigação. Também participou na Frente Parlamentar em Defesa da Televisão Pública e, em 2001, integrou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Mortalidade Materna.
De 1998 a 2000, presidiu a Comissão Nacional da Amazônia Legal (CNA). Foi condecorada com o título de Cidadã Palmense pela Câmara Municipal da capital tocantinense. Entre as missões oficiais de que participou, representou a Câmara dos Deputados na Reunião da Organização Internacional de Epizootias, na França, em 2001.
Disputou a vaga para o Senado pela coligação Aliança da Vitória, que uniu PFL, PMDB e PPS e elegeu, na mesma chapa, como suplentes de senador, Marco Antonio Costa (PFL) e Tobias José Carneiro (PMDB).
A declaração de bens entregue pela candidata à Justiça Eleitoral é composta de um carro, uma caminhonete, cinco terrenos e dinheiro, num total de R$ 437.182,19.

ARQUIVO SEFOT/SECOM

ELEIÇÕES Equilíbrio entre partidos de governo e de oposição marca a nova composição da Câmara dos Deputados

PT e PMDB têm maiores bancadas

A partir de 2007, os maiores partidos da Câmara dos Deputados continuarão a ser o PMDB, com 85 deputados, e o PT, com 84. Esses números foram calculados pelo **Jornal do Senado** antes do fim da apuração e ainda poderão sofrer ajustes.

Os maiores partidos da oposição, PFL e PSDB, terão o mesmo número de deputados: 64 cada. Em seguida, aparecem: PP com 42, PSB com 27, PDT com 24, PPS com 23 e PTB com 22. Esses partidos têm maiores chances de atingir a cláusula de barreira e manter funcionamento parlamentar (*veja quadro abaixo*).

GERALDO MAGELA

Paulo Maluf (PP-SP) teve mais de 740 mil votos; Fernando Gabeira foi o mais votado no Rio

Campeões de votos ajudam a eleger bancada

Enéas Carneiro (Prona-SP), desta vez, não foi o campeão de votos em São Paulo. Em 2002 recebeu votação suficiente para eleger outros cinco deputados, mas agora seus votos garantiram apenas sua vaga na Câmara. Em lugar de Enéas, o ex-governador de São Paulo Paulo Maluf (PP) recebeu quase 740 mil votos, elegendo consigo cinco outros candidatos.

O segundo candidato mais votado de São Paulo para a Câmara federal foi o apresentador de TV Clodovil, pelo pequeno PTC.

Ainda em São Paulo, Delfim Netto (PMDB-SP) ficou fora, uma vez que seu partido fez apenas três deputados, entre eles o ex-presidente da Câmara Michel Temer.

Já no Rio de Janeiro, o deputado Fernando Gabeira (PV) foi reeleito com quase 300 mil votos e ajudou a eleger na sua coligação três candidatos do PPS.

No Ceará, Ciro Gomes (PSB) obteve 667 mil votos, com a maior votação proporcional do país.

O recém-criado PSOL elegeu apenas três deputados: Chico Alencar (RJ), Luciana Genro (RS) e Orlando Fantazini (SP). Como não vai atingir a cláusula de barreira, caso não faça acordo com outros partidos, não poderá se organizar como bancada e assumir cargos em comissões da Casa.

A Câmara também receberá na próxima legislatura três senadores: Iris de Araujo (PMDB-GO), suplente do senador Maguito Vilela (PMDB); Alberto Silva (PMDB-PI); e Aelton de Freitas (PL-MG). Ex-senadores como Carlos Bezerra (PMDB-MT), Carlos Wilson (PT-PE), Moreira Mendes (PPS-RO) e Jader Barbalho (PMDB-PA) também voltam à Câmara. Ibsen Pinheiro, ex-presidente da Câmara dos Deputados cassado no escândalo do Orçamento, em 1993, retorna à Câmara pelo PMDB gaúcho.

Deputados acusados voltam à Câmara

Deputados envolvidos no escândalo do mensalão que renunciaram ao mandato ou tiveram pedidos de cassação do Conselho de Ética rejeitados em Plenário candidataram-se e voltam à Câmara.

Esse é o caso de Valdemar da Costa Neto (PL-SP), João Paulo Cunha (PT-SP), José Mentor (PT-SP), Pedro Henry (PP-MT) e Paulo Rocha (PT-PA). O ex-presidente do PT, José Genoino, volta à Câmara.

Isso não ocorreu com o ex-presidente da Câmara Severino Cavalcanti (PP-PE). Ele terminou como segundo suplente de sua coligação.

Antonio Palocci, ex-ministro da Fazenda do governo Lula, foi o terceiro mais votado do PT, continuando em Brasília. Palloci deixou o governo em meio a acusações diversas, inclusive de violação do sigilo bancário do caseiro Francenildo da Costa.

Partidos que dão sustentação ao presidente Lula obtêm maioria na Câmara

	PMDB	PT	PSDB	PFL	PP	PSB	PDT	PPS	PTB	PL	PCdoB	PV	PSC	PTC	PHS	PSol	PMN	Prona	PTdoB	PRB	Pan
Acre	2	3			1			2			1						1				
Alagoas	3			2	1	1	1										1				
Amapá	2	1		1		1	1	1			1										
Amazonas	1	1		1	2	1			1		1										
Bahia	1	8	2	13	3	1	3	1		3	2										
Ceará	6	4	5		2	1		2	1	1	1	1									
DF	2	1		2		1		1	1												
Espírito Santo	4	2	1				2						1								
Goiás	5	2	4	1	2				2	1											
Maranhão	3	1	4	2		2	2		1		1	1									1
Mato Grosso	1	1	1		2	1		1		1											
Mato Grosso do Sul	2	2	1		1		1	1													
Minas Gerais	2	9	7	6	3	1	2	4		6	1	4	1	1	1						
Pará	6	3	4	1	1		1						1								
Paraíba	3	1	3	1		2				2											
Paraná	8	4	4	5	3		1	2	1	2											
Pernambuco	3	5	2	3	1	3	1	1	3	1	1		1								
Piauí	2	2	1	2	1				1		1										
Rio de Janeiro	10	6	3	5	2	1	3	3	2	1	1	1	3		1	1		1	1	1	
Rio Grande do Norte	1	1		1	1	2				1							1				
Rio Grande do Sul	5	7		2	5	2	3	1	3		1					1					
Roraima	2	2				1		1	1			1									
Rondônia	1		1	2	1	1				1				1							
Santa Catarina	5	3	1	3	3			1													
São Paulo	3	14	17	5	6	4	3	1	4	2	1	5	1	2		1		1			
Sergipe		1	1	3		1			1				1								
Tocantins	2		2	3	1																
Total	**85**	**84**	**64**	**64**	**42**	**27**	**24**	**23**	**22**	**22**	**13**	**13**	**9**	**4**	**2**	**3**	**3**	**2**	**1**	**1**	**1**

GOVERNOS ESTADUAIS PSDB, PMDB e PT foram os partidos que mais elegeram governadores, quatro cada um

Eleições definidas em 15 estados e no DF

Quinze estados brasileiros e o Distrito Federal já têm seus novos governadores definidos no primeiro turno. Obtiveram votação superior a 50% mais um dos votos válidos os candidatos Binho Marques (PT), no Acre; o tucano Teotônio Vilela, em Alagoas; Waldez Góes (PDT), no Amapá; Eduardo Braga (PMDB), no Amazonas; e Jacques Wagner (PT), que contrariou o previsto nas pesquisas e conquistou a vaga na Bahia com 52,90% dos votos válidos, contra 43,01% de Paulo Souto, do PFL.

Também já estão eleitos os governadores do Ceará (Cid Gomes, do PSB), do DF (o pefelista José Roberto Arruda) e o capixaba Paulo Hartung (PMDB). Em Mato Grosso, governará Blairo Maggi, do PPS, e em Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, do PMDB. Em Minas Gerais, está confirmada a vitória de Aécio Neves (PSDB) e, no Piauí, Wellington Dias, do PT, teve 61,68% dos votos válidos. Para governar Rondônia, foi eleito Ivo Cassol (PPS). Ottomar Pinto (PSDB) venceu em Roraima e o tucano José Serra vai governar São Paulo. Em Sergipe, foi eleito Marcelo Déda, do PT; e no Tocantins, Marcelo Miranda, do PMDB.

No Rio Grande do Sul e no Maranhão, o segundo turno não era previsto nas pesquisas. Mesmo assim, os gaúchos deram à tucana Yeda Crusius 32,90% dos votos válidos. Ela disputará com o petista Olívio Dutra, preferência de 27,39% dos eleitores. A votação de Roseana Sarney (PFL) no Maranhão não foi suficiente para garantir sua vitória no domingo. Com 47,21% dos votos válidos, ela se prepara para enfrentar o candidato do PDT, Jackson Lago (que teve 34,35%) no próximo dia 29.

Em Goiás, a surpresa foi Alcides Rodrigues (PP) ter recebido 48,22% dos votos válidos, superando Maguito Vilela (PMDB), que obteve 41,17%. Os outros sete estados que vão ter segundo turno são Pará (Almir Gabriel, do PSDB, e Ana Júlia Carepa, do PT); Paraíba (o tucano Cássio Cunha Lima e José Maranhão, do PMDB); Paraná (Roberto Requião, do PMDB, e o pedetista Osmar Dias); Pernambuco (Mendonça Filho, do PFL, e Eduardo Campos, do PSB); Santa Catarina (Luiz Henrique, do PMDB, e Esperidião Amin, do PP); Rio de Janeiro (Sérgio Cabral, do PMDB, e Denise Frossard, do PPS); e Rio Grande do Norte (Wilma Faria, do PSB, e Garibaldi Alves, do PMDB).

Nove senadores disputam segundo turno nos estados

Dos 26 senadores que se candidataram ao governo de seus estados, o único que venceu já no primeiro turno foi Teotônio Vilela Filho (PSDB), de Alagoas. Também teve vitória confirmada nas eleições de domingo Paulo Octávio (PFL), como vice de José Roberto Arruda (PFL), no Distrito Federal.

Concorrerão novamente ao governo de seus estados no dia 29 os senadores Maguito Vilela (PMDB-GO), Roseana Sarney (PFL-MA), Ana Júlia Carepa (PT-PA), José Maranhão (PMDB-PB), Osmar Dias (PDT-PR), Sérgio Cabral (PMDB-RJ) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN).

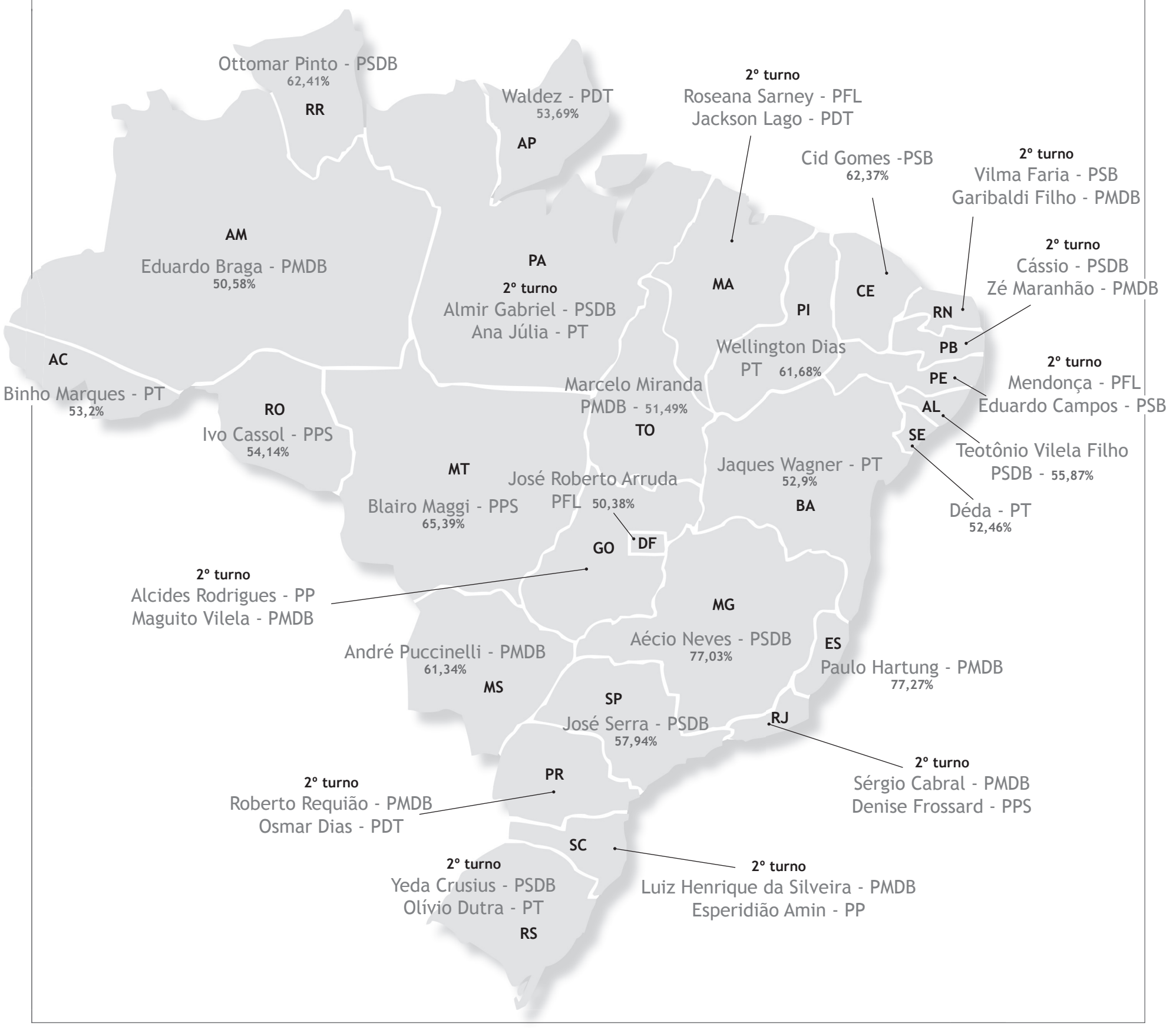
Em Santa Catarina, o senador Leonel Pavan (PSDB) concorre a vice-governador na chapa de Luiz Henrique (PMDB), enquanto João Alberto Souza (PMDB) disputa como vice de Roseana Sarney (PFL) no Maranhão.

Ficaram em segundo lugar, mas não conseguiram ir para o segundo turno, os senadores Delcidio Amaral (PT-MS), Mão Santa (PMDB-PI), Aloizio Mercadante (PT-SP), Antero Paes de Barros (PSDB-MT), Fátima Cleide (PT-RO) e Romero Jucá (PMDB-RR).

Na disputa pelo governo do Amapá, Papaléo Paes (PSDB) foi o terceiro colocado, assim como seu colega de partido Arthur Virgílio no Amazonas. Outros senadores que também ficaram em terceiro foram Serys Slhessarenko (PT-MT), Marcelo Crivella (PRB-RJ), Leomar Quintanilha (PCdoB-TO), Augusto Botelho (PDT-RR) e Flávio Arns (PT-PR).

Foram os quartos colocados na disputa pelo governo de seus estados os senadores Demostenes Torres (PFL-GO) e Amir Lando (PMDB-RO).

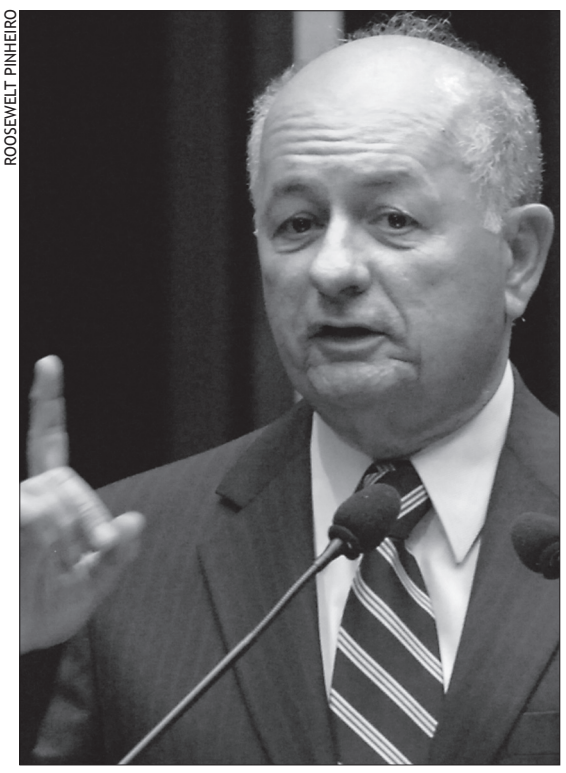
Os resultados nos estados



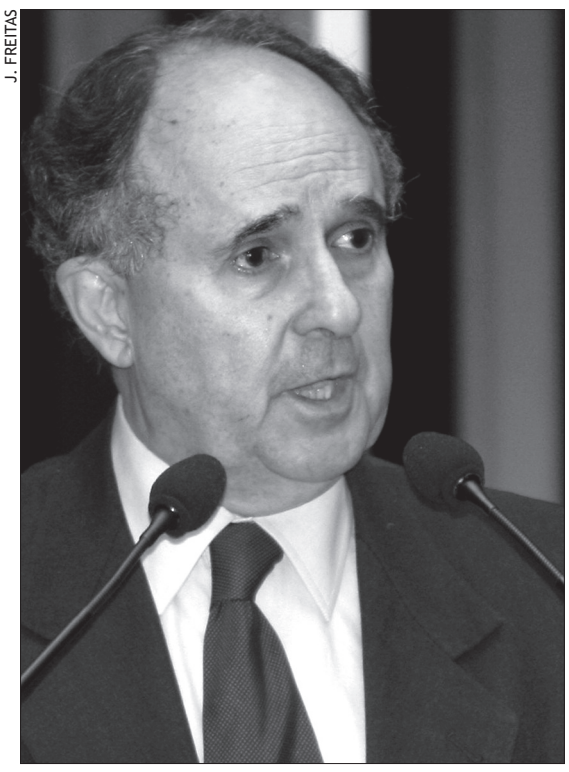
ELEIÇÕES 2006 Atual presidente obtém 48,7% dos votos, tucano soma 41,6%, e dupla volta a se enfrentar no dia 29

Lula e Alckmin vão disputar segundo turno

JOSÉ CRUZ


ROOSEWELT PINHEIRO

Heloísa Helena terminou em terceiro lugar, atrás de Alckmin, que tem José Jorge como vice


J. FREITAS

JOSÉ CRUZ

Cristovam Buarque (*E*) tinha Jefferson Péres como candidato a vice: "vitória ideológica"

A disputa para a Presidência da República foi apertadíssima, decidida só nos últimos momentos. No final, os candidatos Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com 48,7% dos votos válidos, e Geraldo Alckmin (PSDB), com 41,6%, estavam definidos para disputar o segundo turno da eleição, no dia 29 de outubro. Os senadores Heloísa Helena (PSOL-AL) e Cristovam Buarque (PDT-DF), também candidatos à Presidência, obtiveram respectivamente 6,9% e 2,7% dos votos. Os demais candidatos não chegaram a 1%.

Lula ficou o tempo todo próximo do patamar de 49% dos votos válidos. Se ultrapasse os 50%, ganharia a eleição já no primeiro turno. Mas os votos de São Paulo, o estado cuja totalização atrasou mais, acabaram definindo o resultado a favor de Alckmin. O candidato tucano, que se afastou do governo paulista para disputar a Presidência,teve 54,3% dos votos no estado, contra 36,7% de Lula. São Paulo é o maior colégio eleitoral do país, com mais de 28 milhões de eleitores, ou 22% do total.

O presidente Lula saiu-se especialmente bem no Nordeste, região em que obteve 66,8% dos votos, contra 26,1% de Alckmin; e no Norte do país, com 56,2% dos votos, ante os 36,2% do oponente tucano. Alckmin ganhou, apertado, no Sudeste e, com certa folga, no Sul e no Centro-Oeste.

Há três semanas, Lula tinha ampla vantagem e sua vitória já no primeiro turno era dada como provável. Desde então, surgiu o escândalo da tentativa de compra do dossiê contra políticos tucanos por integrantes do PT. O episódio provocou várias baixas na equipe de Lula, como a do presidente do PT Ricardo Berzoini, então coordenador-geral da campanha. Na quinta-feira passada, no auge da crise do dossiê, Lula deixou de participar do debate entre os presidenciáveis na TV Globo. Foi muito atacado por Alckmin, Cristóvam e Heloísa Helena.

Um pesquisa do Datafolha divulgada no dia 12 de setembro, antes do escândalo do dossiê, mostrava Lula com 56% dos votos válidos, enquanto Alckmin tinha 31%. No sábado, véspera do pleito, Lula já aparecia na pesquisa com 50% dos votos válidos, indicando a tendência de segundo turno. Alckmin tinha 38%.

A mesma pesquisa do Datafolha mostrava que, num segundo turno, Lula venceria Alckmin com uma vantagem de apenas 5 pontos percentuais nas intenções de voto. A margem de erro das pesquisas é de dois pontos, para mais ou para menos.

Região Sul dá maior vitória a Alckmin

Primeira a ter seus votos totalizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a Região Sul deu ao candidato tucano Geraldo Alckmin uma vitória maior do que previam as pesquisas eleitorais. Ele chegou a 54,9% dos votos válidos. O Rio Grande do Sul, antigo reduto do presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), deu a vitória ao tucano: 55,8% contra 33,0%. No Paraná, em que pesquisas indicavam empate técnico, Alckmin teve 53,0% contra 37,9% de Lula. Em Santa Catarina, 56,6% dos eleitores escolheram o tucano, contra 33,22% de Lula.

A onda oposicionista alterou as disputas estaduais. Contrariando expectativas, Yeda Crusius (PSDB) saiu na frente, com 32,9%, e enfrentará no segundo turno o ex-governador Olívio Dutra (PT) que teve 27,4%, contra 27,1% do governador Germano Rigotto (PMDB).

No Paraná, Roberto Requião (PMDB) vai enfrentar o senador Osmar Dias (PDT) no segundo turno. Em Santa Catarina, Luis Henrique Lima (PMDB) enfrenta Esperidião Amin (PP).

Lula ganha com folga no Nordeste

Grande beneficiária da política social do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Região Nordeste foi a que mais votou por sua reeleição. Lula venceu em todos os estados, com 66,8%, contra 26,1% do segundo colocado, o ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin, do PSDB.

A diferença foi de mais de 10 milhões de votos.

A maior vitória de Lula aconteceu no Maranhão: 75,5% dos votos válidos, contra apenas 18,8% de Alckmin. Na Bahia, Lula alterou o quadro estadual ao vencer com 66,7% contra 26,0% de Alckmin.

Seu candidato a governador, Jacques Wagner, contrariou pesquisas e virou a eleição, vencendo no primeiro turno o governador Paulo Souto, do PFL: 52,9% contra 43,0%.

No Piauí, estado em que Lula venceu com 67,3% contra 28,0% de Alckmin, o candidato Wellington Dias, do PT, obteve 61,7% e garantiu sua reeleição.

No estado do Ceará, Lula obteve mais de 71,2% dos votos válidos, ante os 22,8% de Geraldo Alckmin.

Região Norte favorece a reeleição

Na Região Norte do país, o candidato do PT à reeleição, Luiz Inácio Lula da Silva, venceu em quatro estados e o tucano Geraldo Alckmin, em três estados.

A vitória de Lula no Amazonas foi esmagadora: ele recebeu mais de 1 milhão de votos (78,0% dos votos válidos). Alckmin teve cerca de 170.000 votos (12,5%).

No Tocantins, Lula venceu com 58,6% dos votos válidos, contra 37,3% de Alckmin.

Um total de 160.675 votos (54,4% do total) do Amapá foram para o atual presidente. Já Alckmin recebeu 95.070 (32,2% do total).

No estado do Pará, Lula recebeu 51,8% dos votos válidos, e Alckmin, 41,6%.

Roraima foi o estado da Região Norte em que Geraldo Alckmin recebeu proporcionalmente mais votos em relação a Lula – foram 59,8% contra 26,1%.

No Acre, Alckmin obteve 51,8%. Lula, 42,6%). Em Rondônia, o tucano teve 344.096 votos (47,0%), ante os 329.598 votos (45,0%) computados por Lula.

Tucano é o mais votado no Centro-Oeste

Geraldo Alckmin venceu em todos os Estados da Região Centro-Oeste. No Mato Grosso do Sul, o candidato do PSDB e PFL recebeu sua melhor votação proporcional: foram 687.583 votos, 56,3% dos válidos. O petista Luiz Inácio Lula da Silva teve 439.965 votos (36,0%). Geraldo Alckmin obteve 54,8% dos votos em Mato Grosso. Já Luiz Inácio Lula da Silva, que ficou em segundo lugar no Estado, recebeu 38,7%.

Em Goiás, o tucano conseguiu 1.465.628 votos (51,5%). O petista, 1.143.122 (40,2%).

A diferença entre os dois candidatos foi menor no Distrito Federal, se considerados os estados da Região Centro-Oeste. A Geraldo Alckmin foram destinados 594.521 votos (44,1%). A Lula, 499.407 (37,1%).

O Distrito Federal foi a unidade da Federação em que Cristovam Buarque, candidato do PDT, recebeu sua melhor votação, com 82.854 votos (6,2%). No DF candidata do PSOL, Heloísa Helena, recebeu sua terceira melhor votação: 165.420 votos, 12,3% dos válidos.

No Sudeste, disputa foi voto a voto

Na Região Sudeste, maior colégio eleitoral do país, Luiz Inácio Lula da Silva venceu no Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Geraldo Alckmin foi o mais votado em São Paulo, estado que governou.

No total do Sudeste, o tucano foi vitorioso, com 45,2% dos válidos, contra 43,3% de Lula.

No Espírito Santo, o candidato do PT recebeu 953.609 votos, 53,0% dos válidos. Alckmin obteve 668.792 votos (37,2%).

Lula conseguiu 50,7% dos votos em Minas Gerais. Alckmin, 40,7% dos votos.

Os eleitores do Rio de Janeiro garantiram a Lula 48,7% dos votos. A Geraldo Alckmin, deram 29,0%. Nesse Estado, a candidata do PSOL, Heloísa Helena, recebeu, proporcionalmente, sua maior votação: 17,3% dos votos.

São Paulo é o berço político dos dois candidatos que vão ao segundo turno das eleições à Presidência. No estado, Lula iniciou sua atuação sindical e Alckmin elegeu-se vereador. O tucano recebeu em São Paulo 54,9% dos votos. O petista, 36,2% dos votos.

GOVERNO Candidatos que chegam ao segundo turno prometem mudar estruturas para estimular o crescimento

Em 2007, é hora de repensar o país

A velocidade com que o próximo governo conseguir aprovar no Congresso mudanças na legislação tributária e previdenciária, além da aguardada reforma política, é unanimemente apontada por analistas políticos como fator essencial para que o país alcance níveis de crescimento maiores do que os registrados nos dois últimos anos. Natural, portanto, que, ao lado da estratégia de desenvolvimento e geração de emprego, esses assuntos tenham sido tema central do debate eleitoral travado nos últimos 60 dias.

Das três "metas", duas foram comuns aos programas de governo dos dois candidatos mais bem votados no primeiro turno das eleições presidenciais deste ano. A terceira, da previdência, apesar de apontada por economistas como um dos maiores desafios à estabilidade econômica do país, ocupou uma posição quase subalterna em relação às demais. Se a questão previdenciária não faz parte do projeto de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para um segundo mandato, Geraldo Alckmin (PSDB) prega uma reforma sem mexer na delicada questão da idade mínima para aposentadoria.

Os quatro temas mais importantes na agenda política do país a partir de 2007 são analisados nesta e na página seguinte, sob o prisma daquilo que Lula e Alckmin estão propondo aos eleitores.

Lula planeja ampliar os investimentos públicos

A promessa está estampada na primeira folha do programa de governo. "O nome do meu segundo mandato será desenvolvimento. Desenvolvimento com distribuição de renda e educação de qualidade", promete o candidato do PT Luiz Inácio Lula da Silva em relação a um eventual segundo mandato. Porém, a exemplo de todos os demais capítulos do documento, não se fala em números, mas sim em filosofia de trabalho e definição de prioridades.

– A luta pela inclusão social e o combate à pobreza exigem um crescimento mais acelerado da economia – bem acima dos níveis atuais –, com preços estabilizados, equilíbrio fiscal e redução da vulnerabilidade externa. A continuidade da redução das taxas reais de juros ajudará a diminuir mais ainda a dívida pública, ampliará o crédito às empresas produtivas e aos trabalhadores – estabelece o candidato do PT.

Para criar o que define como "um grande mercado de bens de consumo de massas" no país, parte da estratégia para ampliar a distribuição de renda, Lula pretende no segundo mandato priorizar os investimentos, especialmente públicos e nacionais, bem como fortalecer o Estado, as empresas estatais e o sistema financeiro público. É uma das poucas vezes em que o programa de governo fixa uma meta a ser perseguida: taxa de investimento acima dos 25%, "para garantir um crescimento superior ao atual".

A recuperação do valor do salário mínimo, com aumentos acima da inflação, vai continuar, promete Lula, que também pretende reduzir a relação da dívida pública com o PIB.

RICARDO STUCKERT/PR

Meta fixada por Lula no programa de governo é audaciosa: uma taxa de investimentos públicos acima dos 25% do PIB

Promessa de continuar com "desonerações"

Se a prometida reforma tributária não se concretizou integralmente no seu primeiro governo, Lula não quer deixar passar uma segunda oportunidade. Alckmin, seu contraponto político, fez da desoneração tributária uma das mais insistentes bandeiras de sua candidatura.

Por isso, é certo dizer que, de algum modo, no próximo ano o Congresso Nacional estará novamente debruçado sobre o tema da excessiva tributação a que o país está submetido e das melhores formas para distribuir de maneira mais equilibrada a arrecadação hoje muito concentrada nas mãos do governo federal. Ainda que, rigorosamente, a única referência do candidato do PT ao tema em seu programa de governo seja a transcrita abaixo:

– Prosseguir em programas seletivos de desoneração tributária, buscando fortalecer a expansão do sistema produtivo – diz o texto, que fica longe do que se poderia definir como reforma tributária.

A razão é simples: Lula acredita que, mesmo com poucas medidas de impacto tendo sido aprovadas pelo Congresso Nacional, ele conseguiu bons resultados práticos: no primeiro mandato, garante ter realizado uma desoneração de R$ 19,2 bilhões para as empresas (desoneração de investimentos) e para as pessoas físicas (Imposto de Renda, produtos da cesta básica).

– No governo Lula, não houve aumento da carga tributária, não aumentamos alíquotas. Houve sim aumento da eficiência da Receita Federal, que combateu como nunca as fraudes e a inadimplência. Num segundo mandato, continuaremos devolvendo à sociedade parcela dos recursos obtidos, de forma a impulsionar ainda mais o desenvolvimento do país e a qualidade de vida das pessoas. Além disso, vamos redobrar nossos esforços, em consonância com o Congresso Nacional, para retomar os debates e as votações da reforma tributária – afirmou o candidato ao *site* Congresso em Foco.

Na política, fidelidade e financiamento público

A aprovação de uma reforma política foi classificada como "prioridade" no programa de governo do candidato Lula. Para alcançar esse objetivo, preconizou "amplo diálogo entre o Congresso Nacional, os partidos e a sociedade brasileira".

– Ela [a reforma política] deverá assegurar a pluralidade de partidos, a fidelidade partidária, o financiamento público de campanhas eleitorais e o voto proporcional, preferencialmente por lista preordenada.

Os recentes escândalos envolvendo o desvio de verbas públicas deram origem a outra das propostas para um segundo mandato de Lula. Na visão do candidato do PT, uma boa reforma política teria melhores resultados se associada a uma revisão dos procedimentos de elaboração e fiscalização orçamentária, como uma das formas de fortalecer a representação popular e dar maior legitimidade à democracia brasileira.

Reforma precisa estar associada a fiscalização mais eficiente, acredita Lula

– A reforma do Estado assegurará mais transparência e um maior controle social, além de propiciar meios mais eficazes para combater a corrupção e o burocratismo – avalia o programa de governo.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, propôs ao próprio ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, que se estabeleça um acordo suprapartidário – que ele chama de "concertação política" – capaz de viabilizar a governabilidade e permitir a aprovação de mudanças no processo político capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico, com ênfase para as reformas política e tributária.

Um dos mais firmes defensores da reforma política, o senador Marco Maciel (PFL-PE) lembrou, em Plenário, que o país exige uma reforma institucional que defina e delimite os papéis que cabem à esfera da política e à esfera da administração, separando as funções do Estado. Ele observou que "à política cabe definir o que fazer, e à administração apontar como fazer".

O senador Jefferson Péres (PDT-AM), que concorreu a vice-presidente na chapa do também senador Cristovam Buarque (PDT-DF), vê um risco diferente.

– Estou preocupado com uma atmosfera tão envenenada que, mesmo o Lula sendo reeleito, haja uma crise de governabilidade. Ele pode não ser afetado eleitoralmente, mas o problema é a crise política e o aprofundamento da crise moral. É um desmoronamento – disse à *Folha de S. Paulo* o senador, em referência à sucessão de escândalos, entre eles o recente caso da compra do dossiê.

Previdência foi varrida para debaixo do tapete

Ênfase na plataforma de campanha de Lula em 2002 foi a necessidade de reformas. Em relação à Previdência, o programa de governo dedicava um capítulo em que classificava como "um dos maiores desafios políticos e administrativos do futuro governo" o equacionamento da questão previdenciária. Falava-se em "construir soluções estruturais" e em promover "profunda reformulação".

Das palavras à ação, o governo Lula enfrentou enorme desgaste e uma batalha de quase dois anos no Congresso Nacional para aprovar uma reforma apenas parcial, a exemplo de seu antecessor. Melhorou, mas não resolveu o déficit que, segundo especialistas, é a mais grave ameaça às necessidades de crescimento do Brasil.

Apesar disso, o programa de governo proposto para 2007-2010 pelo candidato do PT não faz nenhuma referência a uma possível nova reforma estrutural no setor. Ao contrário, as cinco metas enumeradas para a Previdência falam em combate às fraudes, melhorar o atendimento aos segurados, aperfeiçoar a fiscalização com a criação da Super-Receita, reduzir a informalidade para agregar novos contribuintes aos combalidos cofres do INSS e regulamentar o sistema de previdência complementar para os servidores públicos, criado com a reforma de 2003.

Ainda que a chamada "área econômica" do governo entenda ser necessária tal reformulação, é improvável que ela ocorra, a julgar pelo pensamento manifestado pelos mais próximos colaboradores de Lula no campo político.

Recentemente afastado da coordenação da campanha presidencial após o escândalo da tentativa de compra do dossiê, o presidente do PT, Ricardo Berzoini, garantiu a jornalistas, pouco antes de deixar o posto, que não fazia parte do horizonte de Lula marcar seu segundo mandato por reformas, dado ao elevado custo político para obtê-las.

Lula

GOVERNO Gastar menos, investir mais, estimular a economia e o emprego. Receita econômica de Geraldo Alckmin

"Ajuste fiscal fará o Brasil crescer"

Para o candidato do PSDB ao Planalto, Geraldo Alckmin, a difícil equação de fazer o Brasil voltar a crescer em ritmo compatível com as necessidades é de simples solução: ajuste fiscal. Ele afirma em seu programa de governo que "a retomada da capacidade de investir do país dependerá do ajuste das contas públicas". Ou seja, Alckmin propõe um Estado menos gastador e mais eficiente na hora de aplicar o que arrecada para executar obras, estimular a economia e a geração de empregos.

– O Estado brasileiro é grande demais e ineficiente. Os governos (federal, estaduais e municipais, exceto estatais) apresentam déficit nominal de 4,4% do PIB, que rouba poupança privada, eleva a taxa de juros e inibe o investimento privado – ensina a cartilha tucana, que, assim como a dos adversários petistas, não se arrisca a traçar metas numéricas quando o assunto é a economia.

Hoje, explica Alckmin no texto, os governos federal, estaduais e municipais ficam com 43% de tudo o que o país produz, mas ainda assim só foram capazes, em 2005, de investir 2,3% do PIB. No caso federal, é pior ainda: apenas 0,4% do PIB. Esse baixo investimento se reflete na infra-estrutura deficitária – estradas, portos, ferrovias, hidrovias, serviços de saúde, segurança, educação. "Livre da gastança", diz Alckmin, a poupança pública poderá atingir de 4% a 5% do PIB

GERALDO MAGELA

Geraldo Alckmin diz em seu programa que governos tomam 43% da riqueza nacional, mas investem pouco

– Não é possível se conformar com desempenho tão modesto. É preciso retomar o crescimento acelerado. É perfeitamente possível resgatar taxas de crescimento da ordem de 5% a 6% sem comprometer a estabilidade doméstica. Estudo recente do Banco Mundial acerca do crescimento dos países da América Latina mostra que, com políticas econômicas adequadas, o Brasil poderá reencontrar a trajetória de crescimento do passado, de 7% ao ano – afirma.

Com as contas públicas sob controle, avalia o programa de governo tucano, as taxas de juros se aproximarão dos patamares internacionais, elevando os investimentos nacionais e estrangeiros. Conseqüência da queda dos juros, a desvalorização da taxa de câmbio dará maior competitividade às exportações brasileiras, que apesar de terem superado a barreira dos US$ 118 bilhões no ano passado ainda representam pouco mais de 1% das exportações mundiais.

– Segundo o Ipea, cada bilhão de dólares exportado é responsável por gerar entre 60 mil e 90 mil empregos. A meta proposta é dobrar as exportações brasileiras em quatro anos – anuncia o documento.

Fidelidade partidária, o primeiro passo

Se vencer o segundo turno, Geraldo Alckmin pode enviar, antes mesmo do início dos trabalhos do Congresso, em 1º de fevereiro de 2007, uma proposta de reforma política para instituir a fidelidade partidária. O projeto de lei poderia tanto envolver punição aos parlamentares que votarem contra as orientações da direção do partido como para os que deixam a legenda pela qual foram eleitos. Ele analisa no programa de governo que a fidelidade partidária é importante instrumento para "melhorar a governabilidade".

> *Enviar projeto no primeiro mês de governo é principal compromisso*

– Em nosso sistema eleitoral, as ideologias e as propostas de ação submetidas ao julgamento do eleitor formam-se por meio dos partidos. A mudança voluntária de partido, por um parlamentar (salvo no caso excepcional da criação de novo partido), constitui verdadeira fraude contra a vontade democraticamente expressa pelo eleitor e deve acarretar conseqüências punitivas – afirma Alckmin em seu programa de governo.

A medida é, porém, apenas a primeira de uma série que o candidato tucano enumera no texto. Para ele, "a crise ética e política do PT e do governo" impõe ainda mais a necessidade das mudanças, não só no caso da fidelidade, mas também em relação ao voto distrital, apontado como "um sistema de simples compreensão pelo eleitorado – e de fácil implantação".

– O candidato e o eleitor residem no mesmo distrito. O voto distrital estimula, portanto, uma participação mais intensa do eleitor, que exercerá maior vigilância e fiscalização sobre o representante eleito do seu distrito. Permite diminuir o custo das campanhas eleitorais e dá mais poder ao eleitor, que passa a contar com a possibilidade de agir contra um candidato – explica Alckmin, citando o caso de políticos condenados pela opinião pública que, graças ao sistema proporcional de escolha dos deputados, conseguem vencer resistências, pois podem diluir a votação em todo o estado.

Alckmin entende que a reforma política tem mais chances de êxito se for promovida em etapas, por isso a decisão de enviar primeiro a questão de fidelidade para análise do Parlamento. Os outros pontos, inclusive o financiamento público de campanha, que, também figura nas proposições, ficaria para outro momento.

– Enquanto não tivermos partidos políticos consolidados, é uma temeridade falar nisso [financiamento público]. Além disso, se for abrir muito o debate, fica infindável – argumentou Alckmin em entrevista à imprensa.

Tucano acha possível mudar Previdência por consenso

A julgar pelo plano de governo elaborado, Geraldo Alckmin pensa em promover uma reforma da Previdência Social "sem atropelos e com normas resultantes de amplo debate com a sociedade". O candidato do PSDB já descartou, porém, em diversas declarações públicas, a necessidade de se tocar no espinhoso tema do aumento da idade mínima para a aposentadoria do trabalhador. Para ele, não é esse o caminho correto para se conter o déficit dos cofres previdenciários (equivalente a 2% do PIB), mas sim o combate à informalidade. Diferentemente do setor público, não existe idade mínima para que empregados da área privada possam se aposentar, apenas um tempo mínimo de contribuição.

> *Alckmin diz que não mudará idade mínima para aposentadoria*

– Se a metade dos trabalhadores estivesse contribuindo, não teríamos problema de caixa – afirmou Alckmin em debate na sede da Força Sindical, em São Paulo, no mês passado.

Depois de admitir ser necessário "um grande esforço para fortalecer a Previdência", para que ela tenha condições de garantir direitos e expectativas de quem já se aposentou e de quem ainda vai se aposentar, o programa de governo do candidato tucano antecipa as linhas mestras de uma eventual reforma, que se pautaria pela "preservação de direitos adquiridos", regras "justas e equilibradas" a todos os que ainda não ingressaram no mercado de trabalho, incentivo ao trabalho e à contribuição previdenciária, inclusive por meio da redução das contribuições.

Apurar as fraudes, melhorar o atendimento e reprimir a sonegação também são duas promessas em comum dos dois candidatos. Alckmin, porém, toca em um ponto adicional em seu programa, no que diz respeito ao controle do déficit: quer que os gastos que a Previdência tem hoje com programas sociais não sejam mais custeados com as contribuições recolhidas sobre os salários dos trabalhadores.

Para os servidores públicos, depois dos sobressaltos durante o primeiro mandato de Lula, o candidato tucano não reserva surpresas. Sugere que, no momento, o ideal é apenas modificar o modelo de cálculo do benefício, para só futuramente se fixar nova idade mínima de aposentadoria. Como seu concorrente do PT, Alckmin prega ainda a adoção de previdência complementar para os que ingressarem no funcionalismo, um item da reforma de 2003 que ainda não saiu do papel.

Candidato quer modificar ICMS e diminuir impostos

O tucano Geraldo Alckmin não pretende perder tempo. Ainda em seu discurso, logo após ser confirmado na convenção do PSDB como candidato a presidente da República, ele prometeu enviar ao Congresso, na primeira semana de governo, uma proposta de reforma tributária.

– O Estado brasileiro hoje se apropria de quase 43% de tudo o que o país produz, sendo 39% oriundos da carga tributária e 4% de outras receitas. Temos um Estado ineficiente, com elevadíssima carga tributária. É um obstáculo quase intransponível se somado à ineficiência do setor público – justificou o candidato.

> *Para Alckmin, São Paulo pode até perder no início, mas o país ganhará*

A reforma de Alckmin no setor tributário deverá, de acordo com declarações públicas do candidato e no programa de governo, se basear na experiência de mais de seis anos como governador de São Paulo. Em suas próprias palavras, "fazer o que eu fiz: reduzir impostos, simplificar o modelo tributário e apoiar muito a micro e a pequena empresa".

Ponto sempre de conflitos e disputas entre os estados, a reforma tributária de Alckmin passará pela mudança na cobrança e na unificação em cinco faixas de alíquotas do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Hoje, o ICMS é recolhido no estado que produz e não no que consome. O tucano é a favor de inverter essa lógica, mesmo que o resultado possa trazer eventuais prejuízos ao seu próprio estado, São Paulo, o maior produtor de bens e serviços do país.

– São Paulo perde em um primeiro momento, mas ganha (depois) porque acaba a guerra fiscal – afirmou o candidato em entrevista à TGV Globo, no mês passado. – A idéia não é ninguém perder, ninguém ganhar, mas é ter eficiência tributária.

Alckmin

ELEIÇÕES Incidentes registrados não atrapalharam eleitores, e eficiência das urnas eleitorais foi destaque

Ritmo normal em dia de muitas escolhas

Os 125,9 milhões de eleitores brasileiros aptos a votar no Brasil e no exterior para escolher o presidente, 27 governadores, 27 senadores, 513 deputados federais e 1.059 deputados estaduais e distritais puderam ir às urnas tranqüilamente. Durante o período em que as seções eleitorais estiveram abertas, das 8h às 17h, foram poucos os incidentes que perturbaram o bom transcurso do processo eleitoral.

No balanço que fez do dia de votação, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Marco Aurélio Mello, avaliou que o clima foi de normalidade e o "ambiente foi de paz". Para dar apoio à sua avaliação, Marco Aurélio informou que até as 19h haviam sido comunicadas menos ocorrências policiais por crime eleitoral que nas eleições anteriores. Ele ressaltou ainda que não houve a necessidade de utilização das Forças Armadas que haviam sido requisitadas para zelar pelo bom andamento das eleições em diversos municípios.

Na avaliação do ministro Marco Aurélio Mello, "ambiente foi de paz"

– As Forças Armadas requisitadas ficaram estacionadas e não houve incidente que exigisse a intervenção das forças federais – confirmou.

Pouco mais de três horas após o encerramento da votação no Sudeste, Sul e Nordeste, a corregedoria do TSE divulgou dados parciais dando conta de que tinha havido 550 prisões no dia de votação por crime eleitoral, a maior parte relacionada à prática de boca-de-urna ou transporte ilegal de eleitores. O estado com o maior número de ocorrências foi o Espírito Santo (304), seguido do Paraná, Paraíba, Pernambuco e Amapá.

A boa utilização das urnas eletrônicas foi outro fator destacado pelo presidente do TSE para demonstrar sua opinião. Segundo dados que divulgou, 0,86% das 361.431 urnas distribuídas (3.101 urnas) tiveram algum problema e foram substituídas. O número é inferior ao registrado em 2002, quando foram substituídas 5.719 (1,41%) urnas, mas um pouco superior ao de 2004, quando foram substituídas 2.982 urnas (0,74%).

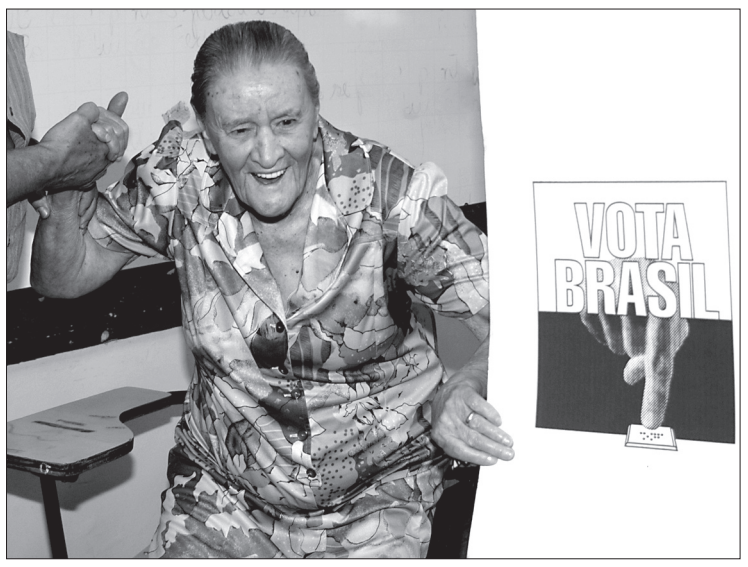
Em apenas 88 seções houve necessidade de que a votação fosse realizada no sistema antigo, em cédulas de papel. Em termos percentuais, apenas 0,024% das seções realizaram as eleições pelo método convencional, número considerado "irrelevante" pelo ministro. Em 2002, foram 652 seções (0,20%) com votação manual e, em 2004, o voto foi dado no papel em 259 seções (0,07%).

– Houve um aprimoramento da máquina [da urna eletrônica] e do uso da máquina pelo eleitor. É uma melhoria considerável com relação às eleições passadas. Precisamos apostar nesse aprimoramento – afirmou Marco Aurélio na coletiva que deu à imprensa logo após o encerramento da votação.

Porém, o número definitivo de urnas substituídas, comunicado pelos tribunais regionais eleitorais (TREs), ainda não havia sido totalizado até a noite de domingo.

FOTOS: GERALDO MAGELA

No período em que as seções eleitorais estiveram abertas, das 8h às 17h, poucos incidentes foram registrados



Idosos marcaram presença na eleição que exigiu votação feita no sistema de cédulas de papel, em apenas 88 seções no país

Número de urnas eleitorais com problema foi menor que o registrado em 2002. Ministro mencionou aprimoramento

Crime eleitoral leva à prisão de 550 pessoas

O Tribunal Superior Eleitoral havia recebido, até a noite de domingo, informações de que 550 pessoas foram presas ao longo do dia por infrações à lei eleitoral. O número foi divulgado pela Polícia Federal. Segundo a corregedoria do TSE, a maioria das prisões estava relacionada à prática de boca-de-urna.

O Espírito Santo liderava o número de prisões, com 304 no total. Em seguida estava o Paraná, com 49 pessoas presas durante as eleições. Depois vinha a Paraíba, com 37, Pernambuco, também com 37, e o Amapá, com 32 presos.

O candidato a deputado federal Antônio Olímpio Magalhães (PRTB) foi preso no Espírito Santo acusado de fazer boca-de-urna; e o candidato a deputado estadual Mauro de Carvalho (PPB) foi preso em Rondônia, acusado de comprar votos.

Em Alagoas, um dos filhos do candidato ao Senado Fernando Collor de Mello (PRTB) foi preso acusado de fazer boca-de-urna.

Outro tumulto foi registrado em uma zona eleitoral de Casimiro de Abreu, no estado do Rio de Janeiro. Um inspetor da Polícia Civil se recusava, segundo informou o jornal *Folha de S. Paulo*, a deixar a sala sob a alegação de que não havia conseguido confirmar seu voto. Depois de brigar com um policial militar, o inspetor foi detido em flagrante por resistência.

Espírito Santo, Paraná e Paraíba lideram o número de detidos

Ocorreram prisões também em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Uma mulher de 69 anos, outra de 18 e uma adolescente foram detidas suspeitas de tentar comprar votos. No município fluminense de Nova Friburgo, um homem de 44 anos foi preso suspeito de distribuir propaganda eleitoral. Com ele teria sido encontrado um título de eleitor de outra pessoa.

Foi preso ainda o motorista de uma *van* que levava eleitores às suas zonas eleitorais, na Zona Norte do Rio.

Uma bomba de fabricação caseira foi encontrada dentro de um banheiro de um clube de luxo que funciona como local de votação, no centro de Belém. Equipes da Polícia Federal e da Polícia Militar isolaram o local e detonaram o explosivo. O problema interrompeu temporariamente a votação, mas ninguém ficou ferido.

Ainda no Pará, foi preso um padre suspeito de distribuir panfletos do PT, o candidato a deputado estadual Amaro Klautau (PSDB) e o candidato a deputado federal Cleidson Charles Batista (PTB).

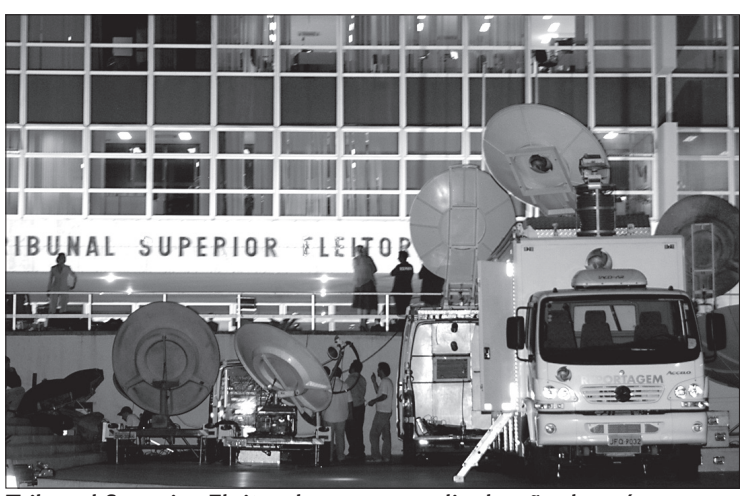
Renan sofre acidente em helicóptero

O helicóptero que transportava o presidente do Senado, Renan Calheiros, e o senador Teotonio Vilela Filho (PSDB), candidato eleito ao governo de Alagoas, caiu na manhã do último sábado após perder sustentação a dez metros de altura. A aeronave viajava de Maceió para Arapiraca, a 120 quilômetros da capital. Os ocupantes nada sofreram.

Além dos senadores, estavam no helicóptero o deputado estadual Antônio Albuquerque (PFL), candidato à reeleição, o locutor da campanha e o piloto. Depois do acidente, eles continuaram seus compromissos em Arapiraca, segundo colégio eleitoral do estado, incluindo uma caminhada com militantes.

Os ocupantes chegaram a levantar a possibilidade de sabotagem do helicóptero, alugado quatro dias antes para ser usado na campanha de Teotônio. "O helicóptero passou a noite no aeroporto [de Maceió] e não colocamos um vigilante. Talvez tenha sido um descuido", disse o governador eleito ao jornal *Folha de S. Paulo*, ao informar ainda ter sido solicitado à Infraero e à Polícia Federal uma perícia na aeronave.

O piloto teria pedido, segundo a assessoria de Renan, para o presidente do Senado acionar os ministérios da Justiça e da Defesa para investigar as causas do acidente e se houve sabotagem.

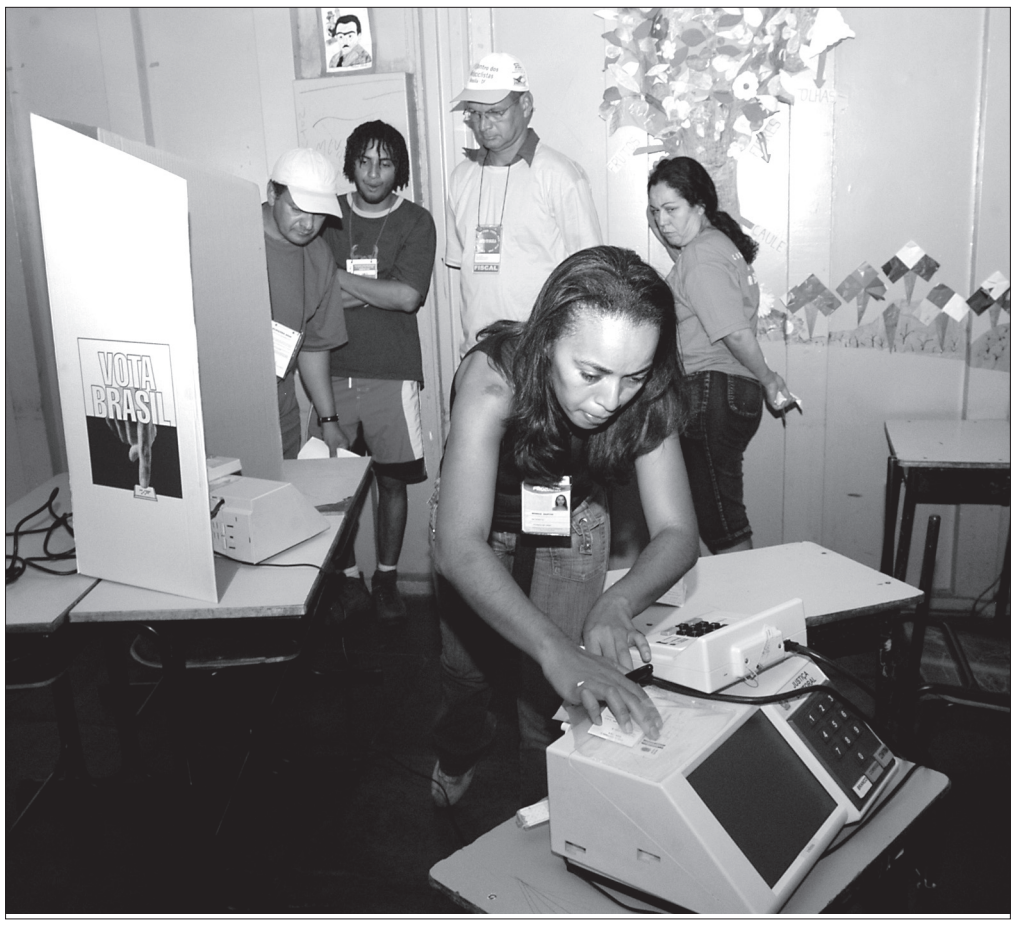


Tribunal Superior Eleitoral começou a divulgação dos números da eleição logo após o encerramento do pleito de domingo

ELEIÇÕES Urnas contrariam tese de que crise política levaria a alto índice de abstenção e de nulos e brancos

FOTOS: GERALDO MAGELA

Eleições anteriores registraram abstenção que chegou a 20% do eleitorado brasileiro. Neste ano, índice ficou abaixo de 15% na região Sul e de 17% no Centro-Oeste



O percentual dos eleitores brasileiros a anular seus votos foi de 5,7%. Os que optaram pela tecla branca da urna eletrônica somaram menos de 3% do eleitorado

Considerado baixo, índice de abstenção fica em torno de 16%

Um em cada seis eleitores não compareceu às urnas no domingo. O índice de abstenção, em torno de 16,8%, foi baixo em comparação com eleições anteriores, em que chegou a 20%. A abstenção costuma influenciar no resultado da eleição, uma vez que o índice foi superior a 18% nas regiões Norte e Nordeste, onde Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, teve grande vantagem no número de votos. Por outro lado, a abstenção ficou abaixo de 15% na região Sul e de 17% no Centro-Oeste, onde Geraldo Alckmin, do PSDB, livrou boa vantagem sobre Lula.

O estado que teve maior abstenção foi o Maranhão (20,71%), onde um em cada cinco eleitores ficou sem votar. Esse estado, depois do Amazonas, foi o que deu a segunda maior vantagem para Lula: o candidato do PT teve mais de 75% dos votos, enquanto Alckmin não chegou a 19%. Já os menores índices de abstenção foram registrados no Rio Grande do Sul (13,84%) e em Santa Catarina (13,93%), estados nos quais o candidato do PSDB conseguiu seus melhores desempenhos eleitorais, com mais de 55% dos votos válidos. Nesses estados, Lula contabilizou pouco mais de 33% dos votos.

Votos nulos e brancos não surpreenderam

Apesar de previsões de que o número de votos nulos e brancos subiria por conta da crise política, os índices se mantiveram similares aos das demais eleições. Enquanto 5,7% dos brasileiros anularam seus votos, menos de 3% optaram pela tecla branca da urna eletrônica. Mais uma vez, a maior parte dos votos nulos veio do Nordeste, reduto eleitoral de Lula. No total, mais de 10% dos votos dos nordestinos que compareceram às urnas foram brancos (2,7%) ou nulos (7,7%).

Em entrevista coletiva, o presidente do TSE, ministro Marco Aurélio Mello, fez balanço positivo da votação

Escolha do presidente da República, governadores, senadores, deputados federais, estaduais e distritais mobilizou a maior parte dos 125,9 milhões de eleitores brasileiros. Comparecimento ficou dentro dos padrões

PLENÁRIO

Na pauta pós-eleição, 17 MPs e 13 projetos

Os senadores terão, a partir desta terça-feira, 17 medidas provisórias (MPs) e 13 projetos de lei prontos para votação em Plenário. Na semana passada, por acordo partidário, não ocorreram votações, o que permitiu a presença dos senadores na campanha eleitoral de seus estados.

As medidas provisórias, por terem sido assinadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva há mais de 45 dias, deverão ser votadas com prioridade em relação aos projetos de lei, como determina a Constituição. Quase todas tratam de reajustes de salários e da implantação de novos planos de carreira no serviço público, além da abertura de créditos para ministérios. As MPs chegam ao Senado depois de terem sido aprovadas pela Câmara dos Deputados no esforço concentrado do início de setembro.

Entre os projetos de lei, consta como primeiro item da pauta a proposta da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (PLC 100/06), que deverá ser apreciado em turno único e em regime de urgência (*veja reportagem abaixo*).

O segundo na lista de votações é o projeto do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que adia mais uma vez a entrada em vigor de um artigo da chamada Lei Kandir, que eliminou nas exportações o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). O projeto (PLS 68/06) adia de janeiro de 2007 para janeiro de 2011 a autorização para que as empresas deduzam do Imposto de Renda a pagar o ICMS embutido no preço das mercadorias compradas para uso e consumo próprio e nas contas de energia elétrica e de telefone.

Hoje, as empresas só podem abater no Imposto de Renda, na forma de crédito tributário, o ICMS das compras de matérias-primas e insumos, que entram diretamente no processo produtivo. Se o abatimento entrasse em vigor em 1º de janeiro, os estados perderiam uma arrecadação próxima de R$ 17 bilhões por ano, conforme cálculo dos governos estaduais e usado por Tourinho.

A proposta que será apreciada teve parecer favorável na Comissão de Assuntos Econômicos, onde foi relatada pelo senador Valdir Raupp (PMDB-RO).

Na agenda desta semana, destacam-se ainda a votação em segundo turno do substitutivo à proposta de emenda à Constituição (PEC 64/99) que trata do comparecimento do presidente da República ao Congresso na abertura de cada sessão legislativa; a votação em primeiro turno da PEC 30/02, que dispõe sobre a elegibilidade dos substitutos dos chefes do Poder Executivo nos seis meses que antecedem as eleições; a votação em primeiro turno da PEC 66/05, que atribui ao Senado a competência para indicar membros das diretorias e conselhos diretores das agências reguladoras; e a discussão em primeiro turno do projeto de lei da Câmara (PLC 31/04) que dispõe sobre os parcelamentos de imóveis rurais destinados à agricultura familiar promovidos pelo poder público.

FOTOS: ROOSEWELT PINHEIRO

Tourinho, autor de projeto que adia entrada em vigor de um item da Lei Kandir, quer evitar perda de arrecadação dos estados

CMO traça cronograma para definir o Orçamento de 2007

O cronograma de tramitação do Orçamento de 2007 deve ser definido nesta quarta-feira, quando se reúnem os coordenadores das bancadas que têm assento na Comissão Mista de Orçamento (CMO). Entre os problemas que os parlamentares enfrentarão está a possibilidade de a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2007 não ser votada neste ano — alguns integrantes da CMO acreditam que a votação direta do projeto da Lei Orçamentária Anual deveria ser priorizada.

Depois de ser lançada como uma alternativa para acelerar a tramitação do Orçamento, que só deve ganhar impulso em novembro, a tese defendida pelos dois relatores – os senadores do PMDB, Valdir Raupp (RO), relator do Orçamento, e Romero Jucá (RR), da LDO – pode ser abandonada. Isso porque ela geraria problemas como a falta de uma meta fiscal para balizar a elaboração do Orçamento, já que ela é definida na LDO; e a ausência de regras para a execução orçamentária em caso de atraso na votação do próprio Orçamento – a LDO define os tipos de despesas que podem ser realizadas sem o Orçamento aprovado.

– O Congresso errou quando não votou a LDO em tempo hábil – afirmou Raupp, para quem a LDO, que ainda depende de aprovação pelo Plenário, perdeu a sua principal finalidade, a de fixar parâmetros para a elaboração do Orçamento.

A LDO não foi votada pelo Plenário do Congresso porque o deputado Ricardo Barros (PP-PR), integrante da CMO, defendeu a realização primeiro da votação do Projeto de Resolução 2/05, que modifica a tramitação dos projetos orçamentários no Congresso.

Mas os principais obstáculos contra a tese dos dois relatores estão do lado da execução orçamentária. O Congresso poderia ter de administrar situações "extravagantes", como o envio de medidas provisórias para garantir a liberação de recursos obrigatórios, por exemplo, para o pagamento das aposentadorias e do funcionalismo, no caso de não haver Orçamento aprovado em janeiro de 2007.

Acontece que a regra de execução temporária do Orçamento, com a liberação em duodécimos do projeto do Executivo, está na LDO. A possibilidade de editar MPs foi sugerida por técnicos do governo, até porque 2006 começou sem Orçamento aprovado. A diferença agora é a possibilidade de o Orçamento de 2007 não contar também com a LDO. Outra questão é o desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Segundo consultores das duas Casas, a ausência de LDO poderia instalar uma "insegurança jurídica" quanto à fixação das metas fiscais.

Raupp, relator: Congresso errou ao não votar a LDO no prazo

Supersimples pode sair nesta terça-feira

O projeto da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa é uma das prioridades para votação no Senado nesta semana. Ele será apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde tramita em regime de urgência, nesta terça-feira. Caso seja acolhido pela comissão, pode ser votado em Plenário, em turno único, no mesmo dia. Se aprovado sem modificações pelos senadores, o projeto irá à sanção do presidente da República.

O texto, aprovado pela Câmara (PLC 100/06) no dia 5 de setembro, recebeu na CAE parecer favorável do relator, senador Luiz Otávio (PMDB-PA). Ele acolheu o projeto sem modificação, para agilizar a tramitação.

– O objetivo é evitar modificações que exijam o retorno do texto à Câmara – disse o relator, ressaltando que, por tratar de matéria tributária, a proposta tem que "cumprir a exigência da noventena" para poder entrar em vigor já no início de 2007.

Luiz Otávio e o presidente do Senado, Renan Calheiros, fixaram como objetivo costurar um acordo com as lideranças para aprovar o projeto com o mesmo teor acatado pelos deputados e, assim, agilizar a votação, depois de dois anos de tramitação na Câmara.

Isso a despeito de o relator ter recebido pleitos de entidades empresariais para mudanças pontuais que poderiam causar a volta do projeto à Câmara. Os pedidos dos empresários, segundo Luiz Otávio, incluíam atualizações periódicas nos limites de faturamento para enquadramento das empresas no Supersimples.

Luiz Otávio e Renan querem votação rápida e sem emendas no Senado

Pagamento simplificado e menor carga tributária

O projeto institui o Simples federal, apelidado de Supersimples, um sistema simplificado de cobrança de impostos e contribuições – pelo qual o micro e o pequeno empresário poderão recolher em uma única guia oito tributos, dos quais seis federais, mais o ICMS estadual (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e o ISS municipal (Imposto sobre Serviços).

O Supersimples valerá para empresas com renda bruta anual de até R$ 2,4 milhões. Nos estados com participação na renda nacional inferior a 5%, o teto será mais baixo – R$ 1,8 milhão para as pequenas empresas. Se a participação na renda nacional ficar abaixo de 1%, o limite para enquadramento no Supersimples será de R$ 1,2 milhão de receita anual. As microempresas manterão o teto de R$ 240 mil.

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) calcula que, com a medida, haverá redução de até 40% no pagamento de impostos para novas empresas. Já as firmas enquadradas no Simples contarão com uma queda entre 15% e 20%.

Comissão vota relatório final sobre salário mínimo

A Comissão Mista Especial do Salário Mínimo reúne-se nesta quarta-feira, às 10h, para votar o relatório final sobre a proposta da comissão para uma política permanente de reajuste do salário mínimo. Segundo o relator da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS), o reajuste anual do salário mínimo não poderá ser inferior ao índice da inflação do ano anterior acrescido do dobro do aumento do PIB, também relativo ao ano anterior. O relatório recomenda ainda que os aposentados recebam o mesmo índice de correção em seus salários, mesmo que ganhem mais de um mínimo.

Já a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se nesta terça-feira. Na pauta, além do projeto da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, há outras 25 proposições. Entre elas, a comissão, presidida pelo senador Luiz Otávio (PMDB-PA), deve votar o projeto de lei (PLS 392/03) do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) que autoriza a criação do Programa de Apoio aos Pequenos Fornecedores de Cana-de-Açúcar (Proaf), em caráter terminativo.

Também está na pauta da CAE o projeto (PLS 191/06) do senador José Sarney (PMDB-AP) que concede isenção tributária à Academia Brasileira de Letras (ABL), à Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Deve entrar na pauta da próxima reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na quarta-feira, projeto de lei que reduz o percentual de participação da Compensação Financeira sobre a Exploração de Recursos Minerais (Cfem), incidente sobre os bens minerais de aplicação na construção civil.

O projeto (PLC 64/05) muda o percentual do faturamento resultante da venda de areia, cascalho, saibro, pedras britadas e talhe, usados na construção civil, dos atuais 2% para 0,6%; e das receitas sobre rochas calcárias, quando usadas na correção de solo, para 0,2%. A proposta também muda os percentuais de distribuição dos recursos arrecadados: o Distrito Federal, que hoje recebe 23%, passa a ter 20%; e o Departamento Nacional de Produção Mineral passa de 10% para 15%.

O relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), deu parecer favorável ao projeto, sem modificação. Depois da CCJ, o projeto deve tramitar ainda nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI).

PLENÁRIO

GERALDO MAGELA

Deputados e senadores da CPI dos Correios comemoram a aprovação do relatório final, que incluiu várias propostas que estão agora sendo examinadas pela CCJ

Emendas para moralizar o Executivo

Três propostas de emenda à Constituição (PECs) elaboradas pela CPI Mista dos Correios estão na pauta de discussões da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado. O objetivo das proposições é combater os atos de improbidade na administração pública. Elas foram enviadas inicialmente à Câmara depois do encerramento dos trabalhos da CPI dos Correios, mas, por divergências técnicas no rito do processo legislativo, foram remetidas ao Senado em setembro para iniciar a tramitação nessa Casa.

As PECs 39 e 40, de 2006, alteram e acrescentam dispositivos ao artigo 37 da Constituição federal, que regula a administração pública. Segundo a PEC 39/06, o preenchimento de cargos em comissão por pessoas sem vínculo efetivo no serviço público só será possível nas seguintes condições: se o cargo integrar um dos dois primeiros escalões de ministérios ou órgãos diretamente ligados à Presidência da República e se a formação acadêmica e a qualificação profissional de seu ocupante for compatível com as atribuições do cargo. A proposição também estabelece que cargos em comissão e funções de confiança serão limitados a 3% do total de postos permanentes do Poder Executivo no âmbito da União, estados, Distrito Federal e municípios.

Já a PEC 40/06 acrescenta a previsão de abertura de processo por crime de responsabilidade contra agente privado que induza ou concorra para a prática de ato de improbidade administrativa, ou que dele se beneficie de forma direta ou indireta. Também ficaria sujeito a essa punição o agente público de qualquer espécie, nível ou hierarquia, nomeado político ou servidor, envolvido em irregularidades na administração pública.

A última proposta da relação, a PEC 41/06, modifica o artigo 50 da Constituição, relativo às atribuições do Congresso, para permitir à Câmara e ao Senado convocarem dirigentes de entidades da administração indireta da União, como autarquias, fundações e empresas públicas e sociedades de economia mista, a prestarem, pessoalmente, informações sobre suspeitas de irregularidades. A ausência dessas autoridades sem justificativa adequada importaria crime de responsabilidade.

Propostas da CPI dos Correios vão a votação neste mês

A pauta de votações do Senado para este mês inclui cinco proposições sugeridas pelo relatório final da CPI dos Correios, apresentado em abril. As propostas, cuja finalidade é tornar mais rígida a fiscalização do uso do dinheiro público, tiveram votação em primeiro turno no Plenário marcada para os dias 24, 25 e 26 deste mês. Projetos oriundos de comissões mistas, como a CPI dos Correios, devem ser votados em dois turnos, conforme prevê o regimento do Senado.

Lavagem de dinheiro

A primeira das propostas visa aprimorar a legislação de prevenção e combate à lavagem de dinheiro no país. O Projeto de Lei do Senado 225/06 altera a Lei 9.613/98, que trata dos crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores e que criou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). A votação em primeiro turno está marcada para o dia 24.

A proposição amplia o número de crimes considerados antecedentes para configurar a lavagem de dinheiro, incluindo, por exemplo, os crimes contra a ordem tributária. Outra mudança é a reestruturação do tratamento dado aos bens, direitos e valores do investigado, ou existentes em nome de "laranjas", que sejam instrumento ou produto de infração penal. Com a alteração, é possível que o Estado use esses bens no combate ao crime ou em ações voltadas à sua prevenção.

A multa prevista atualmente para quem fere a lei atinge o máximo de R$ 200 mil. Pelo projeto, poderá chegar a até R$ 20 milhões. O acusado com prisão preventiva decretada não poderá obter direito a fiança nem apelar em liberdade, ainda que seja primário e tenha bons antecedentes.

Afirmação falsa

Outro projeto proveniente da CPI dos Correios pretende enquadrar no Código Penal as condutas de fazer afirmação falsa e de negar a verdade, de indiciados ou acusados, em inquéritos, processos ou CPIs. Para isso, o PLS 226/06 modifica o Código Penal, incluindo o acusado entre as pessoas passíveis de sanção já prevista na legislação para quem fizer a afirmação falsa ou negar ou calar a verdade, como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em inquérito civil. A proposta tem votação em primeiro turno marcada para o dia 24 de outubro.

O projeto também altera a Lei 1.579/52, que trata das comissões parlamentares de inquérito. Fica acrescentado inciso para punir quem fizer afirmação falsa ou negar a verdade como depoente, investigado ou acusado perante CPI, com pena de reclusão, de um a três anos, e multa, conforme o artigo 342 do Código Penal.

Delação premiada

O terceiro projeto de lei com votação em Plenário prevista para este mês é o que institui o Programa de Incentivo a Revelações de Interesse Público (PLS 228/06). A iniciativa pretende oferecer instrumentos jurídicos para fomentar a revelação de informações em prol do interesse público, permitindo ou facilitando a apuração de atos de improbidade administrativa e de ilícitos penais. O projeto deve ser votado em primeiro turno no dia 25 de outubro.

As medidas abrangem a proteção física, psicológica e profissional da pessoa que fizer uma revelação de interesse público, além de garantir o sigilo das informações reveladas, a obrigatoriedade de compartilhamento dos dados entre as autoridades públicas e a proibição de divulgação da identidade do autor da revelação. Qualquer pessoa, por ato voluntário, poderá revelar informações a uma autoridade policial ou administrativa, o Ministério Público ou juiz competente.

O projeto também contempla o fornecimento de informações que apontem indícios de tortura; tráfico ilícito de entorpecentes, armas ou munições; crimes hediondos; terrorismo; de responsabilidade; abuso de autoridade; lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores; entre outros.

Pregão eletrônico

O quarto projeto na pauta do Plenário amplia o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhora seus mecanismos de controle. A proposta (PLS 227/06) altera a Lei de Licitações (Lei 8.666/93) e a que institui a licitação por pregão (Lei 10.520/02). Ela tem votação em primeiro turno no Plenário agendada para o dia 25 de outubro.

Se forem aprovadas as modificações previstas, a utilização de pregão passa a ser permitida para a aquisição de bens e serviços em geral – e não apenas para aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, qualificados pela legislação como bens comuns.

A proposição também pretende solucionar os problemas surgidos com a imposição de comprar pelo menor preço, o que freqüentemente leva os licitantes à aquisição de material de segunda linha. As mudanças sugeridas prevêem um novo critério de julgamento das propostas dos licitantes – a oferta mais vantajosa – que permitirá ao comprador fazer uma avaliação de qualidade baseada em experiências anteriores com o mesmo fornecedor.

Previdência complementar

O último projeto de lei da CPI dos Correios que está em pauta altera a lei que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras (Lei Complementar 105/01), a fim de permitir a intensificação da fiscalização sobre os fundos de previdência complementar. O projeto deverá ser votado em primeiro turno, em Plenário, na sessão deliberativa de 26 de outubro.

O projeto (PLS 229/06) procura dotar os órgãos fiscalizadores da previdência complementar da prerrogativa de investigar diretamente as operações financeiras realizadas com os recursos de planos de benefícios, assim como hoje ocorre em relação ao Banco Central (BC) e à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) no âmbito das entidades que compõem o sistema financeiro nacional.

A justificação da matéria alega que os planos de benefícios da previdência complementar acumulam ativos que garantem benefícios da ordem de R$ 400 bilhões a aproximadamente 14 milhões de brasileiros. Portanto, o sistema exigiria a implementação de mecanismos de fiscalização mais eficientes diante do franco desenvolvimento dos planos de previdência.

INVESTIGAÇÕES

LINDOMAR CRUZ

Amir Lando, Antonio Carlos Biscaia e Fernando Gabeira: CPI dos Sanguessugas recebeu documentos da Polícia Federal

Biscaia avalia dossiê e sugere presença de ex-ministros

O presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), examinou na semana passada o polêmico dossiê com supostas acusações contra candidatos do PSDB. Os documentos foram entregues pela Polícia Federal no dia 22.

Os documentos que compõem o dossiê, afirmou Biscaia, são depoimentos, cópias de lançamentos bancários, um depoimento de Luiz Antônio Vedoin ao juiz de Cuiabá em que ele relata com detalhes o envolvimento do empresário Abel Pereira com o ex-ministro da Saúde Barjas Negri e CDs com arquivos de solenidades políticas de entrega de ambulâncias.

– É um material que permite o início de investigação. A meu ver absolutamente nada do que está aí justifica uma ação criminosa de tentativa de compra de R$ 1,7 milhão – destacou.

Na opinião de Biscaia, os ex-ministros da Saúde Humberto Costa, Saraiva Felipe, José Serra e Barjas Negri devem comparecer à comissão mista de inquérito para prestar esclarecimentos sobre fatos ocorridos durante suas gestões. O deputado contou que, antes do surgimento do episódio do dossiê, os integrantes da CPI tinham o entendimento de que não era conveniente convocar os ex-ministros.

– Agora, não tenho dúvida de que [a convocação dos ex-ministros] está se tornando necessária – observou, lembrando que na reunião da comissão, marcada para a próxima quarta-feira, o colegiado poderá aprovar requerimentos com essa finalidade.

Biscaia informou que vai sugerir ao relator da CPI, senador Amir Lando (PMDB-RO), a designação de outros dois sub-relatores. Um deles será responsável pela análise tanto do conteúdo do dossiê quanto da suposta compra dos documentos por pessoas vinculadas ao PT. O outro sub-relator deverá investigar as prefeituras destinatárias das emendas parlamentares para aquisição de ambulâncias e em que nível os prefeitos estão envolvidos na máfia das ambulâncias.

Segundo Biscaia, embora o foco das investigações possa ser ampliado, qualquer fato que tenha conexão com o objetivo da CPI deve ser investigado. No entanto, alertou, a comissão não pode servir de instrumento de disputa eleitoral.

Visita ao Coaf em busca de informações

O presidente da CPI dos Sanguessugas e um dos sub-relatores, deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP), reuniram-se na semana passada com o presidente do Conselho de Atividades Financeiras (Coaf), Antônio Gustavo Rodrigues, quando pediram informações sobre o andamento das investigações em relação à origem do dinheiro que seria usado para a compra do dossiê (aproximadamente R$ 1,7 milhão).

– Quero me inteirar do que está havendo, até que ponto o Coaf pode agilizar os trabalhos de obtenção de dados. A origem do dinheiro é fundamental. A sociedade está exigindo isso – assinalou o deputado Antonio Carlos Biscaia.

Serys apresenta sua defesa ao Conselho de Ética

O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), confirmou para a próxima quinta-feira, às 14h30, reunião do colegiado para que a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) apresente sua defesa em relação às acusações de que teria participado da chamada máfia das ambulâncias.

O senador Paulo Octávio (PFL-DF), relator do processo que corre contra a senadora mato-grossense no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, afirmou que até o momento não foi encontrada nenhuma prova, evidência ou indício de que Serys Slhessarenko tenha participado pessoalmente do esquema da máfia das ambulâncias.

Ele informou que as investigações prosseguem com a tomada de depoimentos e a quebra do sigilo bancário dos investigados, e que seu parecer deverá ser entregue no fim de outubro. Serys será ouvida nesta quinta-feira.

– A senadora, por enquanto, está "blindada", mas há ainda muita mentira para ser desvendada – observou Paulo Octávio, em referência às divergências de versão entre Luiz Antônio Vedoin, sócio-proprietário da Planam, empresa líder da máfia, e o genro de Serys Slhessarenko, Paulo Roberto Ribeiro.

PLENÁRIO

PSDB poderá propor a cassação de Berzoini

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio Neto (AM), distribuiu nota oficial afirmando que recomendará à direção de seu partido que encaminhe ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados representação contra o presidente do PT, deputado Ricardo Berzoini (SP), ex-coordenador da campanha presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva, por quebra de decoro parlamentar, por sua suposta participação no episódio da tentativa de compra do dossiê contra candidatos do PSDB.

Na nota, Arthur Virgílio ressaltou que o próprio presidente Lula teria acusado Berzoini e chamado os petistas que participaram do episódio de "aloprados". Para Virgílio, ao ironizar dizendo que "se Lula falou, está falado", Berzoini teria admitido ser o "Delúbio da vez, o boi de piranha pré-eleitoral".

Heráclito Fortes (PFL-PI) disse que petistas também tentaram comprar dôssie contra integrantes do PSDB de Minas Gerais.

CÉLIO AZEVEDO

Para Arthur Virgílio, Berzoini é o "boi de piranha pré-eleitoral" escolhido por Lula

Suplicy lê artigo de Dallari em defesa de Bastos

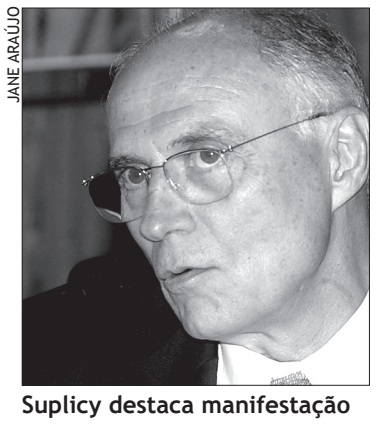
O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu, da tribuna, artigo do jurista Dalmo Dallari publicado pelo jornal *Folha de S. Paulo*, em que o autor repele supostas agressões da imprensa e da oposição ao ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

No artigo citado pelo senador paulista, Dallari classifica as reportagens sobre a atuação do ministro e a representação do PSDB e do PFL ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no episódio do dossiê contra candidatos tucanos como frutos de uma paixão política estimulada pelas eleições.

No entendimento de Dallari, não há fundamentos jurídicos que justifiquem acusações ao ministro, e a atuação de Thomaz Bastos estaria sendo marcada "pelo seu alto nível ético, pela eficiência sem exibicionismo e pelo absoluto respeito aos preceitos jurídicos que regem a democracia brasileira".

"A par da absoluta inconsistência, evidente na própria linguagem, tanto os artigos publicados como a representação contêm equívocos jurídicos fáceis de demonstrar", afirma trecho do artigo.

JANE ARAÚJO



Suplicy destaca manifestação do jurista sobre atuação do ministro da Justiça

Para o presidente do PSDB, senador Tasso Jereissati (CE), o ministro da Justiça tem de explicar por que a a Polícia Federal não pediu ajuda do Banco Central para identificar a origem do dinheiro destinado à compra do dôssie.

– Se ele não responder, ele estará claramente dando a demonstração de que não está sendo, a seu gosto, republicano; pelo contrário, está sendo cúmplice de um crime – disse.

José Jorge: "Se alguém traiu, foi o presidente"

José Jorge (PFL-PE), candidato a vice-presidente na chapa de Geraldo Alckmin (PSDB), criticou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que em declarações se disse traído por integrantes do PT. O senador afirmou que, "se alguém traiu, foi o presidente Lula", referindo-se ao escândalo da compra do dossiê.

Para José Jorge, as pessoas ligadas ao PT acusadas de tentar comprar o dossiê "não são traidores; elas estavam cumprindo uma missão partidária ou de interesse da campanha do presidente".

– Lula elegeu diletos companheiros para, de novo, servirem como fusíveis e serem descartados, evitando que a crise caísse em seu colo – assinalou, citando como exemplo o caso de Ricardo Berzoini, presidente do PT e ex-coordenador da campanha de Lula.

O senador também voltou a afirmar que Lula, se assim o desejasse, poderia esclarecer a origem dos cerca de R$ 1,7 milhão que seriam utilizados para a compra do dossiê, já que alguns dos envolvidos seriam "amigos do presidente".

– Bastaria que ele chamasse seus amigos e lhes pedisse a elucidação dessas tramas ilícitas – destacou José Jorge.

Heráclito Fortes (PFL-PI) criticou a ausência de Lula no debate entre os presidenciáveis promovido na última quinta-feira pela Rede Globo. "Ele tem que respeitar o eleitor", afirmou.

Para João Batista Motta (PSDB-ES), Lula não poderia comparecer ao debate por ter encaminhado o país a uma "situação vexatória".

Voz do Leitor

DESONESTIDADE

"No Brasil, a maioria dos políticos aceita que a desonestidade faça parte da política, e os partidos do governo aceitam que essas coisas estejam em evidência no país. O certo é que, se não forem tomadas providências para acabar com a impunidade dos corruptos e maus governantes, nosso país continuará sendo discriminado pelo resto do mundo."
Guido Chiniara Batuta*, *de Valinhos (SP)

HORÁRIO DE VERÃO

"Nós, trabalhadores da região Centro-Oeste, sacrificamos uma hora de sono em conseqüência do horário de verão. Isso altera o relógio biológico de todos nós. Sem falar nas conseqüências que essa mudança provoca, como irritabilidade, desânimo, sonolência, baixa produtividade. Por que manter esse horário que só penaliza os trabalhadores e empresas?"
Sônia Maria Arantes*, *de Morrinhos (GO)

REELEIÇÃO

"Sugiro que o Congresso acabe com a reeleição de vereadores, prefeitos, deputados, senadores, governadores e presidente da República. E que os senadores tenham seus mandatos de apenas quatro anos, como os outros parlamentares. O número de senadores deveria ser o mesmo que o de deputados federais. Também sugiro que sejam extintos os cargos de vice-prefeito, vice-governador e vice-presidente da República; que sejam unificadas as eleições de vereador a presidente da República; que seja feita a reforma judiciária; e que os funcionários públicos passem a ser amparados pela Consolidação das Leis do Trabalho, deixando a condição de estatutários."
Cláudio Santiago*, *de Maracás (BA)

APOIO

"Gostaria de deixar aqui meu total apoio ao pronunciamento que foi feito pelo senador Jefferson Péres no dia 13 de setembro, no qual ele se dizia estarrecido com a possibilidade de inúmeros parlamentares serem reeleitos, apesar de estarem claramente envolvidos com corrupção e desvio de dinheiro público. Passamos por uma crise de identidade moral, que espero não vivenciar nos próximos anos. Basta! O nosso país precisa crescer; o povo quer trabalhar, estudar e ter uma vida decente. Espero que os próximos representantes do povo façam jus aos votos que receberão."
Josino Júnior*, *de Belo Horizonte (MG)

APOSENTADORIA

"Sou aposentado da Aeronáutica e não estou recebendo a complementação de aposentadoria à qual tenho direito. A Justiça determinou que o governo federal pague integralmente a complementação de aposentadoria que meu fundo de pensão deveria estar pagando, no entanto, o governo federal cria obstáculos e não cumpre a decisão da Justiça. Que país é este em que o governo descumpre uma decisão judicial?"
Enilson Nunes Passos*, *do Rio de Janeiro (RJ)

ANATEL

"Sugiro aos senadores da oposição e da base de apoio ao governo um projeto de lei que puna a Anatel, pois a telefonia celular em nosso país se encontra em estágio crítico. Nos últimos 30 dias tentei novamente recuperar R$ 15 de crédito que estão em poder de uma operadora (TIM) e não consigo ser atendido."
Clodoaldo Alves de Sousa*, *de Trindade (GO)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) *ou telefone (0800 61-2211).*

Pergunte ao Senador

EDUCAÇÃO NO BRASIL

Murilo Augusto de Medeiros*, *de Mamanguape (PB)

"Senador Cristovam Buarque, por que a educação brasileira é tão inferior à educação de alguns países subdesenvolvidos?"

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) responde:

A situação é realmente uma vergonha, meu caro Murilo, não só em relação aos países desenvolvidos, mas também aos países que não são desenvolvidos. Eu diria até em relação aos que têm renda média como o Brasil. A primeira razão para que isso ocorra é de ordem cultural. Nós, brasileiros, damos pouca importância à educação. Até nós, que pagamos uma escola para o filho e investimos em educação, na verdade, visamos mais ao salário daquele jovem que propriamente à sua educação. Depois de pagar caro durante 11 anos uma escola privada, quando o filho chega e diz que quer ser filósofo ou professor ficamos descontentes. Se a gente quisesse mesmo educação, ficaríamos contentes com a opção pela filosofia. Não tem ninguém mais educado do que um filósofo. Um outro exemplo: recentemente saiu nos jornais que o Brasil tinha ficado atrás do Haiti em repetência. Não houve nenhuma revolução. Eu sou senador e ninguém me vaiou na rua. Os governadores, os presidentes, continuam andando por aí. O presidente, inclusive, é capaz de ser reeleito. Agora, imagine se o Brasil perdesse para o Haiti em futebol. Se ficasse atrás do Haiti na Copa do Mundo, você iria para a rua para brigar. Duvido que o técnico da Seleção Brasileira pudesse algum dia voltar para o Brasil, porque damos mais importância ao futebol que à educação. A segunda razão é política. No Brasil, a elite, a parcela rica da população, resolve os problemas dos seus e abandona os problemas do povo. Não é apenas no que se refere à educação, mas à saúde, moradia e transporte. Todas essas necessidades do povo são desprezadas. As nossas escolas de alta qualidade são tão boas ou melhores que as dos países desenvolvidos. O Brasil resolve os problemas da camada mais rica e privilegiada e abandona os demais. Por isso, a educação do povo é ruim. Compare, no Brasil, os aeroportos com as rodoviárias. Os aeroportos são usados pelas elites e as rodoviárias pelas parcelas mais pobres da população. Educação é parte dessa visão que despreza o que é do povo. A terceira razão é financeira. O governo gasta dinheiro para construir hidrelétricas, aeroportos e desenvolver a economia e depois temos que pagar as dívidas. A quarta razão são os professores, com o corporativismo que nos domina hoje. De tanto sermos desprezados, começamos a olhar mais para nós que para as crianças. Começamos a nos preocupar mais com os nossos interesses, até de sobrevivência, por causa dos baixos salários, que pelo aproveitamento e aprendizado das crianças. São essas as razões que fazem com que o Brasil seja pior em educação que todos os países que têm a mesma renda média, Murilo.

Foto da Semana

JANE ARAÚJO

Na última quinta-feira, a três dias do primeiro turno das eleições, o presidente do PSDB, Tasso Jereissati (CE), acompanhado de Heráclito Fortes (PFL-PI), esteve no Banco Central para pedir explicações sobre a entrada de dólares no Brasil que seriam usados na compra de suposto dossiê contra membros do seu partido. Jereissati (*D*) classificou como "um absurdo" o fato de a Polícia Federal não ter pedido ajuda ao banco e cobrou explicações do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos

Frases

"Será pelo voto que vamos construir uma verdadeira democracia neste país"

Marco Maciel, ao apelar aos eleitores pelo comparecimento às urnas e contra o voto nulo.

"O ministro não merece nossa confiança, porque ele tem sido um competente advogado criminalista do presidente da República, mas não ministro da Justiça"

Jorge Bornhausen, cobrando de Márcio Thomaz Bastos a conclusão das investigações sobre a origem dos dólares encontrados com petistas.

"Quem comanda o processo eleitoral precisa ter total imparcialidade, total tranqüilidade"

Ideli Salvatti, criticando o presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Marco Aurélio Mello, que denunciou grampos em telefones do TSE, o que não foi confirmado pela Polícia Federal.

"O presidente continua tentando interpretar seu melhor personagem: o de vítima"

José Jorge, sobre declarações de Lula de que não tinha conhecimento da tentativa de compra do dossiê contra José Serra.

"Até hoje vivemos a democracia das elites. O pequeno agricultor, a família carente, o trabalhador propriamente dito sempre votou de acordo com a opinião da mídia ou da classe média, porque era assim que a democracia funcionava no Brasil. O povo nunca tinha tido a oportunidade de manifestar sua própria vontade"

Roberto Saturnino, sobre as pesquisas que apontavam favoritismo de Lula à reeleição.

"Tudo que está sendo dito é balela; o crescimento que eles apresentam está muito aquém de todos os países emergentes. Na onda de crescimento global, o Brasil perdeu oportunidades e cresceu para trás"

Paulo Octávio, ao comentar a queda do Brasil, do 57º lugar para o 66º, no *ranking* mundial de competitividade do Fórum Econômico Mundial.

Rádio avalia novo parlamento

O *Conexão Senado* desta segunda-feira vai analisar o resultado das eleições de 2006. Com o encerramento do horário eleitoral para propaganda gratuita, o programa será retomado para debater a nova composição do Congresso a partir de fevereiro de 2007, quando tomam posse os 513 deputados e 27 senadores eleitos nesse domingo (os demais 54 senadores cumprem mandato até 2011).

Que partidos formarão maioria parlamentar no Senado e na Câmara? Com a cláusula de barreira, quais partidos pequenos não conseguiram o número mínimo de votos para manter a representação no Congresso? As pesquisas de opinião foram confirmadas? Quem são os vencedores da disputa para os 27 mandatos de senador que ocuparão a Casa nos próximos oito anos? Qual foi o índice de renovação na Câmara dos Deputados?

MOREIRA MARIZ

Após as eleições, a composição do Congresso para a próxima legislatura é tema do *Conexão Senado*

Respostas para essas e outras perguntas estarão no *Conexão Senado*, que a Rádio Senado leva ao ar às segundas-feiras, das 12h às 13h40.

Mais informações sobre a programação da Rádio e da TV Senado podem ser obtidas na internet, nos endereços *www.senado.gov.br/radio e www.senado.gov.br/tv.*

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/ Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 3
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/ Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/ Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/ Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/ Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Idéias
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Idéias
13h30 - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Video Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Freqüência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Freqüência - 3.644,4 MHz

Freqüência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - ¾

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

A programação da Rádio e da TV Senado está sujeita a alterações em função do trabalho dos senadores no Plenário e nas comissões

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM

Freqüência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Freqüência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço *www.senado.gov.br/radio*, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na freqüência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

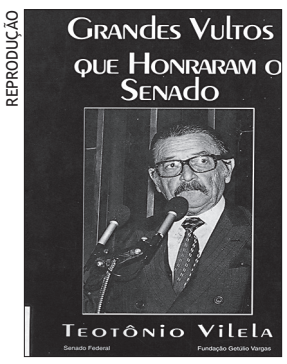
RESENHA

Teotônio Vilela, o menestrel e o senador

ALEXANDRE GUIMARÃES

Teotônio Brandão Vilela, alagoano de Viçosa, por seu comportamento ativo e vivaz, nunca terminou um curso superior. Autodidata, era seguidor dos ideais e do pensamento do filósofo francês Jean-Jacques Rousseau.

Após abandonar os estudos em 1937, em sociedade com o pai e alguns parentes tornou-se dono de uma grande usina de açúcar. Sempre interessado pelas questões regionais e nacionais, foi um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN) em Alagoas.



REPRODUÇÃO

Ingressou na carreira política como deputado estadual em 1954. Em 1961, foi eleito vice-governador na chapa de Luís Cavalcante. Contraditoriamente, defendeu a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros, mas logo após o golpe militar, em 1964, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena), de apoio ao governo.

Em 1967, elegeu-se para o Senado. Em seu primeiro discurso, em 16 de maio, criticou fortemente a política econômica do então presidente da República, marechal Castelo Branco.

A obra *Teotônio Vilela*, da coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado, co-edição do Senado Federal e da Fundação Getúlio Vargas (FGV), trata de sua biografia política como senador. A autora Marly Silva da Motta, num texto fluido, ressalta seu segundo mandato, entre 1975 e 1982, quando Teotônio rompeu com a Arena e com o governo militar, desiludido com a abertura prometida pelo general Ernesto Geisel.

Em histórico discurso, em 25 de abril de 1975, elogiou a eleição de 16 senadores do partido de oposição, Movimento Democrático Brasileiro (MDB), e criticou o comportamento passivo de seu partido. Foi aplaudido de pé por senadores de ambos partidos.

Passou a ser chamado "peregrino da democracia", por sua luta contra o "Pacote de Abril" de 1977, imposto por Geisel. No MDB desde 1979, lutou pela anistia dos presos políticos e pelo fim do governo militar com a decretação de eleições diretas para presidente. Desistiu de concorrer ao terceiro mandato em 1982 por motivo de saúde, vindo a falecer no ano seguinte.

A leitura de sua biografia nos dá ânimo numa época em que escândalos afastam a população da política, e em que os políticos de ideais são raros.

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. O livro Teotônio Vilela, *de Marly Silva da Motta, faz parte da coleção* Grandes Vultos que Honraram o Senado *e pode ser adquirido por R$ 10. Mais informações pelo* e-mail livros@senado.gov.br ou *pelo telefone (61) 3311-4755.*

SENADO

Secretários-gerais debatem cooperação

A Câmara dos Deputados sediou o 7º Encontro da Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP). No evento, que se realizou de terça a sexta-feira da semana passada, 25 representantes dos congressos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e Brasil debateram estratégias de cooperação técnica, principalmente no que diz respeito à modernização das Casas legislativas. Também foi discutido o papel dos secretários-gerais nos parlamentos. No evento, o secretário-geral da Assembléia de Cabo Verde, Eutrópio Lima da Cruz, citou reflexões em que se colocou em relevo, para essa função, a atribuição de "gestor", recrutado por processos especiais e contando com garantias no cargo.

Encontro reuniu representantes de parlamentos de oito países de língua portuguesa

O presidente da ASG-PLP, Sérgio Sampaio, diretor-geral da Câmara, destacou diferenças entre a função no Parlamento brasileiro e nos demais integrantes da associação. Em nosso país, observou, o secretário-geral responde pela assessoria direta do presidente nas questões regimentais, pela supervisão das comissões técnicas e da consultoria legislativa. Porém, cabe aos diretores-gerais a direção das áreas administrativa e financeira, que dão suporte à atividade parlamentar.

Durante o encontro, Sampaio apresentou o relatório de atividades da gestão 2005/06, entre as quais foram destacadas a realização do 2º Programa de Cooperação Técnico-Legislativa Brasil-Timor Leste e do 1º Curso de Comunicação Institucional para Parlamentos de Língua Portuguesa – Técnicas de Jornalismo e Relações Públicas, e a elaboração da revista de cooperação internacional *Parlamentos de Língua Portuguesa*, lançada no evento. No balanço apresentado, Sampaio destacou a importância da adoção, pelos parlamentos, de ferramentas tecnológicas e ações de comunicação que garantam à população amplo acesso às atividades das casas legislativas e à atuação dos parlamentares.

Os secretários-gerais discutiram ainda alterações no estatuto da associação. Duas contribuições do Parlamento brasileiro tiveram aprovação. A primeira foi para se ter uma melhor explicitação do papel do secretário-geral da associação, a quem caberia superintender e coordenar os serviços de suporte das atividades legislativas. A segunda, para que os países de regime bicameral, como o Brasil, possam ter mais de um participante nos encontros da associação: os secretários-gerais da Mesa da Câmara e do Senado, e os dois diretores-gerais.

Lingüista defende aproximação entre povos

A língua deve ser um instrumento de aproximação entre diferentes povos e também cidadãos de comunidades que compartilham uma mesma fala, propósito que precisa ser definido como um ideal por todas as nações. O ponto de vista foi defendido por Maria Marta Scherre, professora da Universidade de Brasília (UnB), em palestra no 7º Encontro da Associação de Secretários-Gerais dos Parlamentos de Língua Portuguesa (ASG-PLP).

Outro palestrante no evento, o diretor da Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados, William França, anunciou o lançamento, previsto para a próxima semana, de um programa da Rádio Câmara com músicas de países de língua portuguesa; e, para novembro, do Portal do Orçamento, no *site* da Câmara dos Deputados, cujo objetivo é dar maior transparência ao Orçamento Geral da União.

O Senado brasileiro foi representado no encontro por sua secretária-geral-adjunta, Cláudia Lyra. A programação incluiu ainda o lançamento do *Glossário Comparado de Termos Legislativos.*

Aconteceu no Senado

"Constituição Cidadã" marca fim da censura no país

Coube ao então presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro José Carlos Moreira Alves, abrir um novo período na história brasileira em 1º de fevereiro de 1987, com a frase "Declaro instalada a Assembléia Nacional Constituinte". Convocada pelo então presidente da República, José Sarney, a Constituinte de 1987/1988 ocorreu concomitantemente ao Congresso Nacional. Deputados e senadores exerciam suas funções legislativas ordinárias e elaboravam a nova Carta Magna.

Mudar a Constituição concebida em 1967, durante a ditadura militar, seria a última página a virar para a efetiva normalização do processo democrático. Perto das conclusões dos trabalhos, as discussões sobre o texto a ser aprovado tomavam conta do Plenário. Em 23 de setembro de 1988, o senador paraense Jarbas Passarinho ressaltava:

– Estamos a concluir um texto polêmico, resultado do entrechoque da inércia da tradição com a força motora das mudanças.

Na mesma sessão, rebatia o senador Fernando Henrique Cardoso, citando a importância da participação popular:

– Pela primeira vez na História – não sei se apenas na história do Brasil – se faz uma Constituição com a colaboração direta da cidadania.

O novo texto constitucional estabeleceu ampla garantia de direitos individuais e coletivos, assegurando aos cidadãos total liberdade de pensamento, expressão e organização e buscando criar instrumentos para que se defendam de abusos de poder por parte do Estado.

Em 5 de outubro foi promulgada a "Constituição Cidadã", assim apelidada pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, no discurso em que declarou "ódio e nojo" à ditadura.

ARQUIVO FOTOGRÁFICO SECS/SEDOC

Ulysses Guimarães presidiu a Assembléia Nacional Constituinte de 1987/1988

MESA DO SENADO FEDERAL
Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Morais e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 – Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF – CEP 70165-920

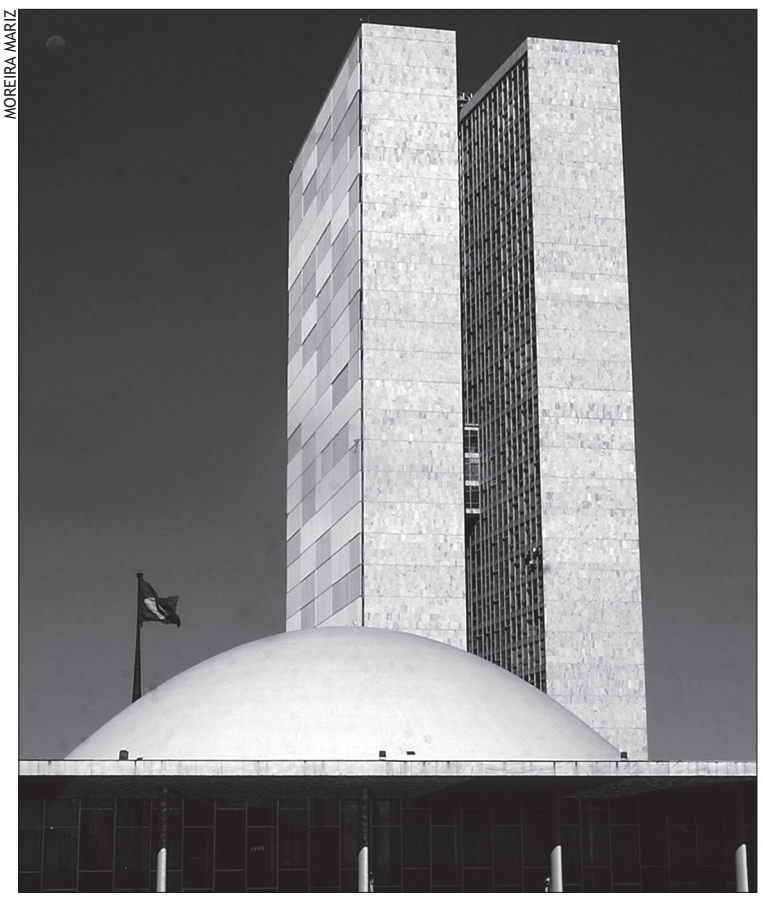
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Depois de eleger, é hora de fiscalizar

Escolhidos nesse domingo os novos representantes do povo que comporão duas esferas do Poder Legislativo – deputados estaduais ou distritais, deputados federais e um terço dos senadores –, começa um dos mais importantes exercícios de cidadania: fiscalizar o trabalho daqueles que foram eleitos para fazer as leis que a sociedade terá de cumprir. Para isso, é necessário conhecer o funcionamento das casas legislativas e ter acesso a elas.
Veja nesta edição do *Especial Cidadania* como funciona o processo legislativo e como acompanhá-lo no Senado Federal.

MOREIRA MARIZ



No Senado, que representa os estados da Federação, os 81 senadores devem, entre outras funções, propor e votar novas lei

Atribuições dos senadores

O Congresso Nacional exerce o Poder Legislativo no âmbito da União. É composto pela Câmara dos Deputados, que representa o povo, e o Senado Federal, que representa os estados da Federação. Cada estado e o Distrito Federal elegem três senadores, num total de 81, para mandatos de oito anos. Numa eleição são escolhidos um terço dos senadores, como ocorre este ano, e, na seguinte, os outros dois terços.

O Senado é dirigido pela Mesa ou Comissão Diretora, eleita pelos senadores a cada dois anos. A Mesa, formada pelo presidente, dois vice-presidentes, quatro secretários e quatro suplentes, é responsável pela condução das sessões do Plenário – órgão máximo e última instância de todas as deliberações – e ainda por administrar a Casa.

O presidente do Senado também preside o Congresso quando as duas casas se reúnem para votar medidas provisórias, vetos presidenciais, propostas orçamentárias e dar posse ao presidente da República, entre outros atos.

O Plenário e as comissões são os principais órgãos de deliberação

Além do Plenário, o Senado tem comissões permanentes que analisam temas específicos e cujas principais atribuições são:

- estudar os dados, antecedentes, circunstâncias e conveniência de um projeto, discuti-lo e votá-lo;
- realizar audiências públicas para ouvir a sociedade;
- receber petições e reclamações de qualquer pessoa contra autoridades e órgãos públicos;
- solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão; e
- apreciar programas de obras e planos de desenvolvimento.

Há também comissões temporárias, como as comissões parlamentares de inquérito (CPIs), que têm poderes para investigar suspeitas de irregularidade no uso de recursos públicos ou na atuação de detentores de cargos públicos.

Saiba quais são as prerrogativas de um parlamentar e o que ele não pode fazer

Prerrogativas
- Não pode ser processado, civil ou penalmente, por sua opinião, palavra ou voto;
- só pode ser julgado no Supremo Tribunal Federal;
- não pode ser preso, exceto prisão em flagrante por crime inafiançável; e
- não é obrigado a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato.

O senador não pode:
- ter contrato com autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público;
- exercer cargo, função ou emprego remunerado ou ainda ser proprietário, controlador, ou diretor em entidades de natureza igual às do item anterior; e
- ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Perderá o mandato o deputado ou senador que:
- descumprir as proibições acima;
- tiver comportamento incompatível com a atuação de um parlamentar;
- em cada sessão legislativa, não comparecer a um terço das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, exceto se estiver de licença ou em missão autorizada; ou
- abusar das prerrogativas de membro do Congresso ou receber vantagens indevidas.

Constituição e Regimento Interno organizam os trabalhos

O processo legislativo começa com a apresentação de uma proposição à Mesa diretora por um ou mais senadores, pelas comissões do Senado, pela Câmara dos Deputados, pelo presidente da República ou ainda pelos tribunais superiores ou pelo procurador-geral da República. Os principais tipos de propostas são:
- proposta de emenda constitucional (PEC);
- projeto de lei complementar (para regulamentar um item da Constituição);
- projeto de lei ordinária; e
- medida provisória: lei editada pelo presidente da República que deve ser votada pelo Congresso para continuar valendo.

Recebida a proposta, a Mesa a envia primeiramente à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que decide se pode ser acolhida para análise ou se é inconstitucional e deve ser devolvida ao autor. Aprovada pela CCJ, segue para uma ou mais comissões permanentes. Conforme o tema, o Regimento Interno determina que o projeto seja votado pelo Plenário ou permite que as comissões decidam. Nos dois casos, se aprovado, o projeto segue para apreciação:
- pela Câmara dos Deputados, se o projeto deu entrada no Senado (por isso se diz que uma Casa revisa o trabalho da outra – os projetos são votados pelas duas); ou
- pelo presidente da República, se o projeto veio da Câmara. O presidente pode sancionar, isto é, fazer com que o projeto passe a ser lei; ou vetar (parte ou tudo), fazendo com que o assunto volte ao Congresso.

Há ainda normas com relação aos prazos para cada etapa e outras regras que regulam o processo legislativo, atribuindo papéis específicos ao autor da proposta, ao relator, aos presidentes de comissão e da Casa.

Senado vota leis e fiscaliza o governo

Cabe ao Senado, entre outras funções:
- propor e votar novas leis;
- fiscalizar as finanças, a contabilidade e o trabalho do governo federal, e o patrimônio da União, zelando pelo cumprimento das leis;
- aprovar a escolha do presidente do Banco Central; do procurador-geral da República, dos embaixadores;
- processar e julgar o presidente, o vice-presidente, os ministros de Estado e outras autoridades nos crimes de responsabilidade, que são aqueles cometidos no exercício de cargo público; e
- autorizar e determinar limites de endividamento e condições dos empréstimos da União, dos estados, do Distrito Federal, dos territórios e dos municípios.

Como o cidadão pode participar do processo legislativo e acompanhar a atuação do senador

Participação direta
A Constituição federal prevê que o cidadão participe do processo legislativo por meio do projeto de lei de iniciativa popular, que deve ser apresentado à Câmara por, no mínimo, 1% dos eleitores do país, de pelo menos cinco estados, com, no mínimo, 0,3% dos eleitores de cada um deles.

Legislação participativa
O Senado possui a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), que recebe propostas de associações, fundações, organizações religiosas, partidos políticos sem representação no Congresso e entidades científicas, todas sem fins lucrativos. O tema da proposta deve ser pertinente à atividade da entidade que a enviou. As sugestões dos partidos políticos sem representação no Congresso e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) podem conter proposições sobre qualquer assunto. Para cada proposta é designado um relator, que, se considerá-la válida e relevante, pode apresentá-la na forma de projeto de lei de autoria da CDH.

Alô Senado
Para enviar opiniões, críticas e sugestões aos senadores e saber sobre o andamento de projetos, pode-se entrar em contato com a central de relacionamento Alô Senado: via N2, anexo D, bloco 4, CEP 70165-900 – Brasília (DF), pelo telefone 0800 612211 (ligação gratuita) *www.senado.gov.br/sf/senado/centralderelacionamento*.
No *site* do Senado Federal (*www.senado.gov.br)* é possível acompanhar a atuação dos senadores acessando as páginas de cada um deles, que trazem ainda os telefones e endereços de seus gabinetes. Também pelo endereço eletrônico do Senado é possível saber o que será votado na próxima sessão do Plenário (Atividade Legislativa/Plenário/Ordem do Dia), o que está sendo tratado nas comissões (Atividade Legislativa/Comissões) e pesquisar quais os projetos que estão sendo analisados pela Casa, quem foi o autor, qual foi o parecer do relator etc.

Veículos de comunicação
O trabalho dos senadores pode ser acompanhado ainda por meio da Rádio Senado (*www.senado.gov.br/radio/comoSintonizar.asp*), da TV Senado (*www.senado.gov.br/tv*) e, diariamente, pelo **Jornal do Senado,** impresso ou por *e-mail*, que é distribuído gratuitamente.